



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

*✓
MP*

ATA NÚMERO CINCO

ATA DA 5.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOZE.-----

----- Ao décimo nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua 5.ª Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de três de dezembro de dois mil e doze, e com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS: -----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º N.º 39.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----
2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º N.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----
3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----
 3. 1 APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 4/2012; -----
 3. 2 INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL. [ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 5.º DO REGIMENTO]; -----
 3. 3 APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO, PARA O ANO FINANCEIRO DE 2013; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

3.4 PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O QUADRIÉNIO DE 2013 A 2016 E ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA O ANO DE 2013 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA; -----

3.5 APROVAÇÃO DA ADEQUAÇÃO NOS TERMOS DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO – PROCEDE À ADAPTAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA LEI N.º 2/2004, DE 15 DE JANEIRO, QUE APROVA O ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE DOS SERVIÇOS E ORGANISMOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, REGIONAL E LOCAL DO ESTADO; DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO – ESTABELECE O REGIME JURÍDICO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS; N.º 1 E 2 DO ARTIGO 4.º DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO – CARGOS DIRIGENTES DAS CÂMARA MUNICIPAIS; -----

3.6 NOVA MACROESTRUTURA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA; -----

3.7 ALTERAÇÃO DOS MAPAS DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA – ANO DE 2013; -----

3.8 CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA COM A SOCIEDADE “O FELIZ – IMOBILIÁRIA S.A.” PARA AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO E LOTE DE TERRENO SITOS NA VILA DO CASTELO, NA FREGUESIA DE S. PEDRO DE AVIOSO, COM VISTA À INSTALAÇÃO DO POSTO DA GNR DA MAIA E UMA SECÇÃO AVANÇADA DOS BOMBEIROS DE MOREIRA – MAIA; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

✓ M P

3.9 REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS AO CONSUMO DOMÉSTICO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS; -----

3.10 REGULAMENTO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA – ALTERAÇÕES; -----

3.11 ATRIBUIÇÃO DO ABONO PARA DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO NOS TERMOS DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO – PROCEDE À ADAPTAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA LEI N.º 2/2004, DE 15 DE JANEIRO, QUE APROVA O ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE DOS SERVIÇOS E ORGANISMOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, REGIONAL E LOCAL DO ESTADO; ARTIGO 24.º - N.º 2 – ATRIBUIÇÃO DO ABONO PARA DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO; -----

3.12 ATRIBUIÇÃO DO ABONO PARA DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO NOS TERMOS DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO – PROCEDE À ADAPTAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA LEI N.º 2/2004, DE 15 DE JANEIRO, QUE APROVA O ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE DOS SERVIÇOS E ORGANISMOS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, REGIONAL E LOCAL DO ESTADO; ARTIGO 24.º - N.º 2 – ATRIBUIÇÃO DO ABONO PARA DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO E RATIFICAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS AO ABRIGO DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR; -----

3.13 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA – ATRIBUIÇÃO DO ABONO PARA DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO NOS TERMOS DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO – PROCEDE À ADAPTAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA LEI N.º 2/2004, DE 15 DE JANEIRO, QUE APROVA O ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE DOS SERVIÇOS E ORGANISMOS DA

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, REGIONAL E LOCAL DO ESTADO; ARTIGO 24.º -

N.º 2 – ATRIBUIÇÃO DO ABONO PARA DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO; -----

3. 14 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA –
ATRIBUIÇÃO DO ABONO PARA DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO NOS
TERMOS DA LEI N.º 49/2012, DE 29 DE AGOSTO – PROCEDE À ADAPTAÇÃO À
ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA LEI N.º 2/2004, DE 15 DE JANEIRO, QUE APROVA
O ESTATUTO DO PESSOAL DIRIGENTE DOS SERVIÇOS E ORGANISMOS DA
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL, REGIONAL E LOCAL DO ESTADO; ARTIGO 24.º -

N.º 2 – ATRIBUIÇÃO DO ABONO PARA DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO E
RATIFICAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS AO ABRIGO DA
LEGISLAÇÃO ANTERIOR; -----

3. 15 FUSÃO DA ENTIDADE CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA MAIA,
SOCIEDADE UNIPESSOAL, LIMITADA, NA SUA ACIONISTA ÚNICA,
ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA, PRODUÇÕES CULTURAIS – E.E.M.; -----

3. 16 DISSOLUÇÃO DA ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA – PRODUÇÕES
CULTURAIS, E.E.M., INTERNALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PELO MUNICÍPIO DA
MAIA E INCORPORAÇÃO DOS SEUS FUNCIONÁRIOS; -----

3. 17 ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA FUNDAÇÃO DO CONSERVATÓRIO DE
MÚSICA DA MAIA; -----

3. 18 ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO
URBANA E GESTÃO DE PATRIMÓNIO, E.E.M.; -----

3. 19 REVISÃO ESTATUTÁRIA – MAIAMBIENTE, E.E.M. – LEI N.º 50/2012, DE 31
DE AGOSTO; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

✓
M
JF

3.20 ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.E.M.; -----

3.21 ADESÃO À REDE INTERMUNICIPAL DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO; -----

3.22 DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.E.M.; MAIAMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.E.M.; ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DE PATRIMÓNIO, E.E.M. E DA TECMAIA – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA MAIA. – (PARA CONHECIMENTO). -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes, endereçando os seus votos de Boas Festas, dirigindo aos Senhores Deputados palavras de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em prol do concelho da Maia. Pediu aos cidadãos presentes e interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, para fazerem a sua inscrição prévia, preenchendo o impresso próprio, lembrando que não poderiam intervir por um tempo superior a cinco minutos. Atendendo ao número e importância de pontos constantes no Período da Ordem do Dia, pediu aos Senhores Deputados contenção e respeito pelo tempo de intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia - uma hora. Informou que o Senhor Deputado Hugo Alexandre da Silva Maia, do PSD, tinha apresentado a renúncia ao mandato, tendo sido substituído pelo Senhor Deputado Armindo Ferreira Moreira; os Senhores Deputados Luís António Gourgel Fernandes da Silva, do PS, e Rui Manuel Madureira de Sousa Monteiro, do PSD, pediram a sua substituição, sendo substituídos pelos Senhores Deputados Pedro Miguel Monteiro Martins e Tiago João Tavares dos Santos Silva, respetivamente. Os documentos

comprovativos destes pedidos fazem parte integrante da ata como **documentos 1, 2 e 3 respetivamente.**-----

----- Informou que tinham dado entrada na Mesa três documentos: o primeiro era uma Proposta de Recomendação, apresentada pelo BE, sobre o encerramento da loja Izibuild da Maia; o segundo documento era uma Moção, também apresentada pelo BE, sobre o novo regime de arrendamento urbano; o terceiro era um Voto de Pesar, apresentado pela CDU, pelo falecimento de Papiniano Manuel Carlos de Vasconcelos Rodrigues. Estes documentos fazem parte integrante da ata como **documentos 4, 5 e 6 respetivamente.**-----

----- Verificadas as presenças constatou-se a ausência dos Senhores Deputados Francisco Amorim dos Santos Batista e Maria de Fátima da Silva Garcia Ribeiro, (esta Senhora Deputada apresentou o seu pedido de substituição fora do prazo e o seu substituto, por ter sido contactado tarde, informou que estava indisponível) e ao abrigo da alínea c), do ponto 1, do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Senhor Presidente da Junta da Freguesia da Maia, Carlos Santos Teixeira, fez-se representar pelo seu substituto legal, o Senhor Mário Augusto Costa Ramos. Os documentos comprovativos fazem parte integrante da ata como **documentos 7 e 8, respetivamente.** -----

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º N.º 39.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito e usado da palavra os Senhores Deputados: -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA falou sobre a situação política atual através da leitura do texto que faz parte integrante da ata como **documento 9.** -----

ALCINDA MÁRCIA OLIVEIRA GUEDES DA SILVA falou sobre o desemprego, o encerramento da loja Izibuild na Maia, o sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

✓
MF
A

nosso concelho e do desaparecimento do poeta Papiniano Manuel Carlos de Vasconcelos Rodrigues, através da leitura do texto que faz parte integrante da ata como **documento 10**. De seguida, leu o Voto de Pesar pelo falecimento de Papiniano Manuel Carlos de Vasconcelos Rodrigues, anteriormente identificado como documento 6. -----

ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA disse que os assuntos de que iria falar referiam-se ao Plano de Atividades, mas enquadrado no Período de Antes da Ordem do Dia. No Plano de Atividades de 2011, com o projeto de 2010, havia uma rubrica que previa para, o ano de 2012, a retificação e o alargamento da Rua Central de Rebordões. A Câmara iniciou os trabalhos com a colocação de estacas de alinhamento no terreno. Entretanto no Plano de Atividades para 2013, esta obra passava a ser designada para 2014, com a legenda de beneficiação. Desta forma desaparecia o alargamento. A questão que queria colocar era de saber se esta alteração estava relacionada com as negociações em curso entre a Câmara Municipal e o proprietário do terreno. Outra questão que iria colocar estava relacionada com a situação da Rua das Camélias, várias vezes citada em anteriores sessões. Por ser uma via com o piso em macadame, estava ao esquecimento total por parte da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Águas Santas. Estava muito degradada, com muitos buracos que em períodos de chuva se enchiam de água, o que tornava difícil a circulação de pessoas e de viaturas. Parecia-lhe haver ou um esquecimento, ou algum desinteresse ou uma má vontade na resolução de uma questão banal. Considerou o valor da reparação banal, pois o seu custo limitava-se à colocação de algumas cargas de cascalho e a sua compactação. -----

JOSÉ MANUEL TEIXEIRA DE AZEVEDO disse que iria questionar a Câmara Municipal sobre dois assuntos: o primeiro era sobre o Parque de Avioso: quando foi inaugurado, há cerca de sete anos, havia uma infraestrutura que possivelmente, então, deveria estar destinado a um alojamento. O edifício tinha uma capacidade de ocupação de 32 camas, destinado a

jovens e grupos escolares. Atualmente estava degradado, sem utilização, com os vidros partidos, com um refeitório abandonado, com balneários sem água e sem aquecimento, tornando-se num elefante branco do concelho. O Parque de Avioso era um local aprazível e o espaço destinado a alojamento deveria estar em funcionamento. Gostaria de ser informado se o edifício iria ser recuperado para o fim que o levou à sua construção. O segundo assunto relacionava-se com os espaços verdes e os jardins públicos existentes na cidade da Maia. A cidade da Maia era constituída por três freguesias: Maia, Vermoim e Gueifães. Para efeitos de manutenção dos jardins públicos, parecia-lhe que apenas eram considerados os existentes no centro da cidade. Nos outros locais, nomeadamente na Coopermaia, a manutenção dos espaços verdes era feita pelos condomínios que pagavam centenas de euros para os conservar. Quem pagava a manutenção dos jardins públicos eram os cidadãos que também pagavam o IMI como um qualquer cidadão de outro local do concelho. Com a avaliação em curso, o valor patrimonial dos imóveis irá triplicar. A Assembleia Municipal tinha aprovado a taxa máxima de IMI permitida. A Maia era o Município do Distrito do Porto com a taxa mais alta do IMI. O mesmo se passava com a taxa do IRS. Alertou a Câmara Municipal para este problema, solicitando que os cidadãos não fossem mais onerados a ter pagar do seu bolso a conservação dos jardins públicos na Cidade da Maia. -----

MÁRIO MOREIRA DUARTE prescindiu do uso da palavra. -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES iniciou a sua intervenção com uma saudação à empresa Metro do Porto, pelo seu décimo aniversário, que considerou ser uma obra marcante da Área Metropolitana do Porto, resultante de uma política proactiva e importantíssima do, então, Presidente da Câmara Municipal do Porto, o Senhor Doutor Fernando Gomes, com o apoio claro de outros autarcas, designadamente o Presidente da Câmara Municipal da Maia, Doutor José Vieira de Carvalho. O Metro do Porto era, sem



dúvidas, uma obra decisiva para a Área Metropolitana do Porto. No momento difícil que presentemente todos atravessam, deveria ser mantido no horizonte o prolongamento dos trabalhos do Metro. Deveria continuar a ser mantida a afirmação da necessidade da realização das obras que estão previstas no concelho da Maia. Reiterou e realçou a importância do Metro em toda a Área Metropolitana do Porto. Além deste assunto, manifestou a sua preocupação sobre um outro tema, que desejava poder ser esclarecido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal e que se relacionava com a privatização da ANA, Aeroportos de Portugal. Gostaria que o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia lhe dissesse qual era o ponto da situação e se tinha alguma novidade para informar a Assembleia Municipal, nomeadamente o impacto da privatização sobretudo no nosso Concelho, mas igualmente na Área Metropolitana do Porto e na Região Norte de Portugal. Recordou que no passado dia 29 de fevereiro, tinha sido aprovada uma Moção, apresentada pelo PS, sobre a possibilidade da privatização da ANA e a respetiva dissolução da gestão do Aeroporto Francisco Sá Carneiro. Nessa Moção, o Partido Socialista manifestava e demonstrava a sua total discordância com a adoção de um modelo de privatização da ANA que assentasse numa gestão integrada e centralizada de todos os aeroportos nacionais e que desconsiderasse as dinâmicas económicas da região norte. Na mesma Moção, o PS sugeria ao Governo que adotasse medidas, consubstanciadas no concurso público, que conduzissem a uma efetiva salvaguarda do aeroporto relativamente a outros e garantisse o potencial que esta infraestrutura representava para a competitividade da região norte. Este documento foi enviado, para conhecimento, ao Governo, à Assembleia da República e à Junta Metropolitana do Porto. Porque até ao momento atual não foi recebida qualquer informação sobre a evolução do processo, gostaria de saber do Senhor Presidente da Câmara quais os elementos que tinha sobre este assunto. Havia uma unanimidade de opinião, entre os autarcas de todos os quadrantes políticos, sobre o modelo que se parecia desenhar

para a privatização da ANA, que concretizava todos os receios que o PS tinha, então, afirmado, designadamente um sério desvio de passageiros do Aeroporto Francisco Sá Carneiro para o de Lisboa bem como a ausência de salvaguarda da possibilidade de ser construído um novo aeroporto de Lisboa. Considerou de interessante a solução de concessão apresentada pelo Presidente da Associação Comercial do Porto, o Senhor Doutor Rui Moreira, apesar de considerar que o ideal seria o da não privatização. Mas, se tal vier a acontecer, a proposta de fazer incidir um encargo maior quanto menor for o número de passageiros no aeroporto, seria uma salvaguarda mínima para o aeroporto e para se poder acautelar o desinteresse de uma futura empresa privada sobre este assunto. Outra preocupação do PS era o impacto que a privatização da ANA irá ter no nosso Concelho, devido às condicionantes que o aeroporto impõe. Este assunto já mereceu a atenção da Assembleia Municipal, na sua terceira sessão ordinária, realizada em 30 de junho de 2010. Então, todos os Grupos Parlamentares manifestaram, por unanimidade, através de uma proposta de recomendação, a sua preocupação sobre as consequências das medidas preventivas do aeroporto, pois estas iriam conduzir a um claro prejuízo para o nosso concelho e para as nossas gentes, com repercuções enormes no tecido económico do nosso município. Neste momento, a preocupação é agravada na eventualidade da ANA ser privatizada, da nossa companhia de aviação ser privatizada e o risco que poderá advir. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se, no caso de a ANA ser privatizada, os interesses da Maia estavam salvaguardados, no que diziam respeito às condicionantes do aeroporto. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA iniciou a sua intervenção dando os parabéns ao Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres por ter sido eleito Secretário-Geral da Juventude Socialista, no XVIII Congresso Nacional, realizado em Viseu, no passado dia 3 de novembro. Como maiato manifestou o seu orgulho com a sua eleição e



como político desejou-lhe um bom mandato. Informou que a Pronúncia da Assembleia Municipal da Maia sobre a Reforma Administrativa Territorial Autárquica tinha sido aprovada pela Unidade Técnica. Havia um aspeto positivo que deveria realçar sobre a localização das sedes - na Proposta de Pronúncia da Assembleia Municipal da Maia, sobre as futuras sedes das Juntas das Freguesias agregadas, referia-se o seguinte: "Devem as Assembleias de Freguesia aprovar, por proposta do Executivo, a indicação do Edifício Sede destas Juntas de Freguesia. Esta deliberação deverá ocorrer até 30 dias após a tomada de posse dos órgãos autárquicos das Freguesias e deverá ser enviada para a Assembleia Municipal que a remeterá à Assembleia da República para os fins convenientes". A Unidade Técnica tinha copiado esta proposta, como se poderia verificar na Lei-Quadro sobre este assunto. Era sem dúvida, para nós um aspeto positivo e um mal menor. O Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes quando falou do Metro, no período por ele referido, ainda não residia na Maia. Pediu ao Senhor Deputado que quando falasse do Metro incluisse o nome do Doutor José Vieira de Carvalho. Na sua intervenção, afirmara que o responsável pela obra do Metro do Porto, tinha sido o então Presidente da Câmara Municipal do Porto, o Senhor Doutor Fernando Gomes, e outros Autarcas. Esta afirmação era um exercício nulo, uma vez que o próprio Doutor Fernando Gomes sempre afirmava, alto e em bom som, quais eram os protagonistas do Metro do Porto e da Metro do Porto. Além do próprio, sempre incluía o Doutor José Vieira de Carvalho e o Doutor Oliveira Marques. Quem fizesse qualquer afirmação diferente desta, estava a tentar enviesar a história, sem qualquer utilidade.

O PRESIDENTE DA CÂMARA iniciou a sua intervenção com uma saudação de parabéns ao Senhor Deputado João Veloso da Silva Torres pela sua eleição para Secretário-Geral da Juventude Socialista. Em resposta às intervenções proferidas, disse à Senhora Deputada Alcinda Márcia Oliveira Guedes da Silva, sobre o sistema de recolha de resíduos sólidos

urbanos que a Maia estava a fazer a recolha seletiva nalgumas freguesias e, neste momento, estava em curso o processo de alargamento a todas as freguesias do nosso concelho. Era o projeto “Ecoponto em Casa” que tinha como principal objetivo a universalização do serviço de recolha seletiva porta-a-porta de resíduos indiferenciados, papel/cartão, embalagens plásticas e metálicas e embalagens de vidro e o aumento da quantidade dos resíduos enviados para reciclagem. No país não existe outro município com um sistema de recolha seletiva tão vasto como o nosso. Além desta mais-valia, vai ser possível saber qual a quantidade de resíduos domésticos que cada cidadão produz. Nos contentores dos ecopontos irão ser colocados chips que sinalizarão os serviços centrais quando se encontrassem cheios. Desta forma, a recolha só seria efetuada quando fosse necessária. A Maia era um exemplo a seguir nesta área e estava na vanguarda dos municípios com as melhores práticas ambientais. Referiu que Papiniano Carlos foi uma figura da cultura com o qual se tinha encontrado e que muito considerava. Esteve com a família para lhe transmitir a sua solidariedade no momento da partida. Reconheceu que era digno o seu nome ser dado à Biblioteca de Pedrouços. Ao Senhor Deputado Arídio dos Anjos Teixeira disse que a retificação e o alargamento da Rua Central de Rebordãos era uma obra necessária e que iria ser realizada. Sobre o estado de conservação da Rua das Camélias, disse que iria, junto dos serviços competentes da Autarquia, verificar o que se passava. Ao Senhor Deputado José Manuel Teixeira Azevedo disse que a questão por ele colocada sobre o edifício para alojamento de jovens no Parque de Avioso, era pertinente. As obras não foram concluídas devido a um diferendo com o empreiteiro da obra. Esperava que este assunto fosse resolvido de forma a completar a obra. Sobre a manutenção dos espaços verdes disse que não tinha conhecimento de haver jardins sem manutenção, admitiu alguma falha, mas que iria averiguar a sua existência. Sobre o IMI, disse não ser verdade que a Maia iria aplicar a taxa máxima, ao contrário de outros concelhos vizinhos, como o de Vila do

✓
MP d

Conde, que estava no escalão máximo. Também não era verdade que os contribuintes iriam ser muito onerados neste imposto. Esclareceu que nos prédios avaliados havia uma diferença de 0,3% a menos, na taxa do IMI a aplicar, podendo dar-se o caso de, com esta redução, acontecer que alguns contribuintes passassem a pagar menos imposto. Ao Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes, disse que o Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva já lhe respondera sobre a questão do Metro do Porto. Sobre a ANA, historiou todas as ações desenvolvidas para evitar a sua privatização, nomeadamente reuniões com o Ministro e Secretário de Estado da tutela. O Governo tinha-se responsabilizado pela melhoria das vias de acesso ao aeroporto, sem resultados. A ANA agia sem respeito pelas normas urbanísticas, ambientais e de segurança, nomeadamente poluição de gases, ruído, construções, que classificou de clandestinas, uma vez que eram realizadas sem o conhecimento da Câmara Municipal. Estas ações e as Medidas Preventivas do Aeroporto afetavam todos os cidadãos da Maia. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à admissão Proposta de Recomendação, apresentada pelo BE, sobre o encerramento da loja Izibuid da Maia, atrás identificado como documento 4. -----

----- O documento foi **admitido por unanimidade**. -----

----- Para a sua discussão, inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados: -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA disse que a Izibuild da Maia ia encerrar as suas instalações no fim do ano, lançando para o desemprego vinte e duas pessoas. Por esta razão, o BE apresentava uma Proposta de Recomendação, que leu de seguida. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA disse que o BE, na sua Proposta de Recomendação, tecia considerações sobre o previsível encerramento da Loja Izibuild da Maia, que a acontecer era um facto lamentável. O PSD não poderia subscrever a

Proposta tal como era apresentada. Pediu ao Senhor Deputado Silvestre Santos Gomes Pereira que alterasse ligeiramente o teor da recomendação na parte final, a saber, onde diz: “Que a Câmara Municipal diligencie junto do Ministério da Economia no sentido de apurar se já tomou alguma iniciativa no sentido de salvaguardar os postos de trabalho em risco bem como todos os direitos dos trabalhadores”, fosse substituído por: “Que a Câmara Municipal interceda junto do Ministério da Economia no sentido de apurar se já tomou alguma iniciativa no sentido de salvaguardar os postos de trabalho em risco bem como todos os direitos dos trabalhadores”. Se esta alteração fosse aceite pelo BE, o PSD votaria a favor a Proposta de Recomendação. -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA informou que o encerramento da Loja Izibuid não tinha retorno. Para o comprovar leu um documento da Administração da Empresa que era do seguinte teor: “ Tendo por base o circunstancialismo económico que se vive atualmente, assim como os sucessivos prejuízos das lojas em questão, a Mestre Macro vê-se obrigada a proceder ao encerramento das lojas da Maia e do Barreiro”. Mais informou que o BE aceitava a sugestão de alteração ao documento em análise. Tendo o mesmo sido alterado de acordo com a sugestão apresentada pelo Líder do PSD, o Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva. -----

----- Posta à votação a Proposta de Recomendação, sobre o encerramento da loja Izibuild da Maia, **foi aprovada por unanimidade**. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA pôs à votação a admissão da Moção, apresentada pelo BE, atrás identificada como documento 5, sobre a nova lei das rendas que irá agravar a situação social do país. -----

----- A Moção foi admitida por unanimidade. -----

----- Para a sua discussão inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----



ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA informou que o PSD iria votar contra, pois considerava fundamental a necessidade de revitalizar o mercado do arrendamento. Além disto, este assunto constava do memorando da Troika que o PSD e o PS tinham assinado. Os jovens e o mercado careciam desta lei, que apesar de não ser boa, era melhor que a não existência de qualquer legislação. -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA disse que o BE não estava contra a Lei dos Arrendamentos. No momento atual, o aumento das rendas de casa era muito mau para as famílias que vivem com muitas dificuldades económicas. O mesmo se passava com as pequenas e as médias empresas na mesma situação. O aumento das rendas irá dificultar, ainda mais, a situação económica que o nosso país atravessa. O que o BE pedia era apenas uma moratória na aplicação da Lei número 31/2012, de 14 de agosto, enquanto decorrer o PAEF - Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, e a consequente diminuição de salários e pensões e cortes nos subsídios de férias e Natal. Por tudo isto, o BE mantinha a Moção. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA esclareceu que o Governo ao legislar tinha acautelado as situações referidas pelo Senhor Deputado Silvestre Santos Gomes Pereira estavam consagradas na Lei 31/2012, de 14 de agosto. Era necessário que Portugal tivesse um mercado de arrendamento sólido. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA sugeriu ao BE a retirada do documento, uma vez que o Decreto Regulamentar sobre a referida lei ainda não tinha sido publicado, o que tornava inoportuna a presente Moção. -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA disse que não era prematuro, apesar de ainda faltar publicar alguma legislação. A lei do arrendamento iria mesmo avançar. Por esta razão, o BE não retirava a sua Moção. -----

----- Posta à votação a Moção foi **reprovada por maioria**, com três votos a favor e doze abstenções. -----

---- Para fazerem declaração de voto inscreveram-se e usaram da palavra os senhores deputados: -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA declarou que tinha votado contra por considerar a Moção prematura, uma vez que ainda não tinha sido publicado o Decreto Regulamentar da Lei 31/2012, de 14 de agosto. -----

VITOR MIGUEL SILVA declarou que tinha votado a favor, apesar de saber que não teria qualquer implicação, por uma questão de consciência. Quando um legislador pretendesse decretar uma nova lei não deveria estar a pensar na qualidade da legislação anterior. O atual Governo tem sido extraordinário, pois de cada vez que fazia qualquer Lei era para interceder por alguém. A questão que colocava era o caráter de humilhação que a Lei 31/2012, de 14 de agosto, impunha ao inquilino, perante o seu senhorio, uma vez que nesta Lei o inquilino vai ter de mostrar os seus rendimentos ao seu senhorio. Considerou esta situação absurda. O senhorio era um investidor que, como tal, corria riscos. Não interessava saber se o mercado de arrendamento estava bem ou mal estruturado. Esta foi a razão do seu voto a favor. -----

MÁRIO MOREIRA DUARTE declarou que também não gostava da Lei 31/2012, de 14 de agosto, mas quem mandava na economia era o mercado. O mercado de arrendamento tinha um excesso de oferta. Os prédios para arrendamento estavam quase todos devolutos. Tornava-se necessário revitalizar o mercado de arrendamento. Por esta razão, tinha votado contra a Moção do BE. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA pôs à votação a admissão do Voto de Pesar, apresentado pela CDU, pelo falecimento de Papiniano Manuel Carlos de Vasconcelos Rodrigues, atrás identificada como documento 6. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

✓ M

----- O documento foi admitido por unanimidade. -----

----- Não houve inscrições para a sua discussão. -----

----- Posto à votação o Voto de Pesar, apresentado pela CDU, pelo falecimento de Papiniano Manuel Carlos de Vasconcelos Rodrigues, **foi aprovado por unanimidade**. -----

2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º N.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; -----

----- Estava inscrito o senhor munícipe: -----

AGOSTINHO MOREIRA OLIVEIRA RANGEL, residente na Rua de Tildevesa, número noventa e oito, na freguesia de São Pedro de Avioso, disse que no dia dezasseis de novembro último, tinha apresentado uma reclamação, no livro de reclamações da Câmara Municipal. Igualmente no passado dia seis de dezembro tinha enviado um carta, com aviso de receção, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, por não ter obtido resposta à sua reclamação. Depois de esgotado o prazo limite de resposta, quinze dias, recebeu do Senhor Presidente da Câmara uma resposta que considerou do seu desagrado. Criticou a política da Autarquia relativa à recolha seletiva “Ecoponto em Casa” e as obras da ANA no Aeroporto Francisco de Sá Carneiro. A Ficha de Inscrição deste Senhor Munícipe faz parte integrante da ata como **documento 11**. -----

1. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

3. 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 4/2012; -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

JOSÉ ANTÓNIO ANDRADE FERREIRA propôs que fosse alterado o segundo parágrafo da página 31 da ata que era do seguinte teor: “Posta à votação a Proposta de Pronúncia da Assembleia Municipal da Maia sobre a Reforma Administrativa Territorial Autárquica, **foi**

aprovada por maioria com trinta e quatro votos a favor do PSD, CDS e IVNT e dezasseis votos contra do PS, CDU e BE.”. As atas da Assembleia Municipal eram documentos que serviam para fazer história. Face à gravidade e às implicações que poderão advir do resultado da votação da Proposta de Pronúncia da Assembleia Municipal da Maia sobre a Reforma Administrativa Territorial Autárquica, deveria ser acrescentado a menção expressa dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que votaram a favor o documento, contrariando a deliberação das suas Assembleia de Freguesia, que tinham sido previamente ouvidas sobre este assunto. Deveria constar na ata o nome de todos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que não respeitaram a deliberação das respetivas Assembleia de Freguesia. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou a proposta de alteração à discussão. -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

MÁRIO MOREIRA DUARTE disse que o Presidente de Junta de Freguesia não era membro da Assembleia de Freguesia. O Presidente de Junta de Freguesia era, por inerência, um Deputado da Assembleia Municipal. Limitar a liberdade das pessoas era um exercício perigoso. Lamentou e não esperava a atitude do Senhor Deputado José António Andrade Ferreira, uma personalidade que respeitava e conhecia há muito tempo. Um deputado municipal deve ter a liberdade democrática de poder votar livremente. A atitude do senhor Deputado José António Andrade Ferreira era jurídica e politicamente incorreta, pois iria coartar a liberdade de cada um. -----

TIAGO NUNO PIRES DE CARVALHO OLIVEIRA E SILVA disse que uma ata era um documento que visava fazer o relato escrito do que se passava numa determinada reunião e não tem por função repercutir o que se passou noutras reuniões. Se o pedido de alteração apresentado pelo Senhor Deputado José António Andrade Ferreira fosse considerada iria levantar, por um lado, a questão do princípio da igualdade, o que iria obrigar a refazer todas as atas em que, sobre o mesmo assunto, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia tinham contrariado o sentido de voto, e por outro lado iria levantar a questão da falta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

legitimidade de um Senhor de Junta de Freguesia que estava sentado na Bancada do seu próprio partido e, no caso de não ter maioria na sua Junta de Freguesia, teria de votar no sentido da Junta de freguesia contra o seu próprio partido. Havia três razões que tornavam o pedido impossível: a primeira era que o que tinha acontecido na Assembleia de Freguesia não acontecera na Assembleia Municipal e, obviamente, não tem que constar na ata; a segunda razão era que o Senhor Presidente de Junta na Assembleia Municipal não era o transmissor da vontade da Assembleia de Freguesia, mas a sua própria e, em terceiro lugar, se fosse considerada a alteração à ata teriam de ser alteradas todas as atas anteriores e posteriores. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA acusou o Senhor Deputado José António Andrade Ferreira de querer colocar no índice os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia por terem votado a favor a Proposta de Pronúncia da Assembleia Municipal da Maia sobre a Reforma Administrativa Territorial Autárquica. Lembrou que este documento tinha sido subscrito por todos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que a votaram. Além disso, todos estes Senhores Presidentes subscreveram uma Declaração de Voto, que consta da ata na qual estava expressamente referido o nome das respetivas Juntas de Freguesia. Se o Senhor Deputado José António Andrade Ferreira tivesse lido a ata até ao fim não ficaria com dúvidas. Se alguém os quisesse colocar no índice, não haveria temores, pois, além de terem votado a favor, também tinham subscrito a Proposta bem como a Declaração de Voto. Sobre o pedido de alteração apresentado pelo Senhor Deputado José António Andrade Ferreira, de colocar o nome nas atas, propôs à Mesa que votasse de imediato a ata, pois o pedido do Senhor Deputado José António Andrade Ferreira era uma questão que não lembraria a ninguém. -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA lembrou que, quando foi discutida na Assembleia a Proposta de Pronúncia da Assembleia Municipal da Maia sobre a Reforma Administrativa Territorial Autárquica, o BE tinha previsto o que estava a acontecer. Então o BE tinha chamado a atenção para a contradição que existia entre o sentido de voto dos

Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, que tinham votado em dissonância com as suas Assembleias de Freguesia. Esta chamada de atenção não retirava a legitimidade que os Senhores Presidentes de Junta têm na Assembleia Municipal. Eles não eram eleitos diretamente para a Assembleia Municipal, mas eram deputados Municipais por inerência de funções. Este facto não lhe retirava qualquer legitimidade. Informou que o BE iria enviar um comunicado a todos os municípios para os informar qual tinha sido a posição do seu Presidente de Junta, pois verificava-se uma contradição. -----

ALOÍSIO FERNANDO MAIA NOGUEIRA considerou mesquinha a questão apresentada pelo Senhor Deputado José António Andrade Ferreira. Manifestou a sua perplexidade pela questão por ter sido levantada por quem a colocou, uma personalidade que se habituou a considerar, independentemente das questões ideológicas. Uma personalidade que tem um conhecimento autárquico, uma vez que já tem muitos anos de atividade na Assembleia Municipal. Esclareceu que os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia eram Deputados Municipais iguais aos demais. Tinham a mesma independência nas suas tomadas de posição que os outros. Apenas tinham um método de eleição diferente e as diferenças terminavam aqui. Ao serem empossados pela Mesa da Assembleia Municipal passavam a ter o mesmo estatuto exatamente igual ao do Senhor Deputado José António Andrade Ferreira. Isto significava que eram totalmente independentes de quaisquer outros órgãos, tal como o era o Senhor Deputado José António Andrade Ferreira. A questão colocada, além de ser uma bizarria, era uma intromissão e um desrespeito pela independência das Autarquias Locais. Quer o Senhor Deputado José António Andrade Ferreira queira ou não, as Assembleias de Freguesia e as Juntas de Freguesia não tinham o dever de obediência à Câmara Municipal ou à Assembleia Municipal. Eram órgãos com total independência jurídica e financeira. Disse ainda que a questão colocada era “misturar alhos com bugalhos. É fazer uma enorme confusão. Estou para perceber a que deus quer esta confusão prestar vassalagem. Fiquei de boca aberta”. Acrescentou, para que ficasse bem claro que, tal como havia afirmado o Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA



Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia tinham subscrito uma Declaração de Voto e nada tinham a esconder. Como Presidente de Junta, as questões que, eventualmente, possam a vir a acontecer eram resolvidas na sua Assembleia de Freguesia. Não estava disponível a aceitar que o Senhor Deputado José António Andrade Ferreira lhe colocasse na lapela um símbolo qualquer que o distinguisse deste Senhor Deputado.

ABÍLIO RODRIGUES DE SOUSA prescindiu do uso da palavra.

ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA prescindiu do uso da palavra.

JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES agradeceu as congratulações que lhe tinham sido dirigidas por ter sido eleito Secretário Geral da JS. Perguntou aos Senhores Deputados Municipais do PSD e aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia se tinham vergonha de assumir, numa ata pública da Assembleia Municipal da Maia, o seu comportamento perante um facto inédito com o qual a Assembleia Municipal esteve confrontada ao longo de todas as décadas da democracia, que tinha sido o pronunciamento da Reforma Administrativa Territorial do nosso concelho. Perante esta situação, excepcional, sobre o modelo que foi apresentado pelo Governo para ser realizada a reforma, era o de saber se algum Senhor Presidente de Junta de Freguesia tinha vergonha em assumir a sua posição numa ata da Assembleia Municipal. Os argumentos, referidos pelos Senhores Deputados do PSD, sobre a o facto da questão ter sido colocada pelo Senhor Deputado José António Andrade Ferreira, por ser muito pobre, refletia a vergonha com que alguns dos Senhores Deputados Municipais encaravam a posição, por eles tomada, na última sessão da Assembleia Municipal. Apelou à transparência para que os cidadãos fossem devidamente esclarecidos sobre a sua conduta e o posicionamento político dos seus representantes na Assembleia Municipal. Se os senhores Deputados nada tivessem a temer, deveriam votar a favor a proposta apresentada pelo Senhor Deputado José António Andrade Ferreira.

VITOR MIGUEL SILVA disse que vinha apenas falar da ata e não de outro assunto. Pediu que fosse feita uma correção na ata à sua intervenção, pois estes documentos eram complexos e tinham valor para memória futura. Na quarta linha da página número quatro estava o seguinte texto: “Tinha consultado o dicionário e nele verificara uma caracterização para a palavra “educação”, que refere como sendo uma espécie de fava preta algarvia. De facto, constatara que na educação, quer aos professores, aos alunos ou encarregados de educação tinha saído a fava. Uma espécie de fava preta algarvia era um “crato”. Esclareceu que a “fava preta algarvia” era o Crato e não era a educação. Crato é um substantivo que quer dizer “fava preta algarvia”. Pediu que a palavra “educação” fosse substituída por crato. Sobre o termo “educação” pediu aos presentes para quando chegarem às suas casas para irem ao dicionário verificar o seu significado, pois alguns não deveriam ter bem a noção do seu significado. Lamentou que, durante a leitura do Voto de Pesar, alguns dos presentes não tivessem respeitado o que estava a ser lido. Deveria haver respeito e não risadas. O que lamentou. -----

JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES considerou profundamente lamentável a postura de alguns Senhores Deputados Municipais. Era lamentável por duas razões: a primeira porque já tinha assistido no passado a uma tentativa de criar dois tipos de deputados municipais, os diretamente eleitos e os presidentes de junta. Os mentores da lei eleitoral, que ficou na gaveta, defendiam que os presidentes de Junta não deveriam votar alguns documentos importantes de política autárquica, por serem permeáveis. Questionou qual era o tipo de permeabilidade. Do que conhecia, em nenhum caso, estava envolvido qualquer presidente de junta. Referiu como exemplo o caso do “queijo limiano”. Pelos vistos agora não se discutia a permeabilidade mas a legitimidade. Mas ainda mais grave era o de condicionar a liberdade de voto de quem tinha sido livremente eleito para um cargo de forma uninominal, o que tornava a legitimidade, ainda mais, acrescida. Alguns paladinos da democracia e da defesa dos direitos e deveres dos cidadãos defendiam um princípio que considerou chocante.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Chocante era o facto de condicionar o sentido de voto de alguém que legitimamente tinha sido eleito e tinha a liberdade de dar a sua opinião, assumindo a responsabilidade dos seus atos. ---

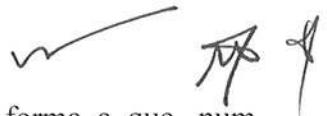
LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES disse que lhe parecia que não havia interesse que a sessão terminasse os seus trabalhos na presente reunião. Não compreendia qual era a razão da confusão que o PSD estava a gerar. Não estava em causa os votos dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. A questão colocada era algo muito mais simples. Havia um Senhor Deputado que queria que na ata constasse o sentido de voto, numa determinada votação dos Senhores Deputados. Era apenas esta a questão. Esse Senhor Deputado pediu que tal constasse da ata. A não ser em voto secreto, que obviamente não se colocava a questão, considerou ser perfeitamente razoável o pedido do Senhor Deputado, relativamente a este assunto, que é sem dúvida, essencial, mas que poderia ser por qualquer outro. Reiterou que o Senhor Deputado José António Andrade Ferreira desejava que constava em ata o sentido de voto dos diferentes deputados municipais. Porque não se tratava de uma votação secreta, considerou este assunto pacífico. Referiu que não estava a compreender o problema que tal pedido estava a causar e muito menos os termos em que alguns Senhores Deputados se tinham dirigido ao Senhor Deputado José António Andrade Ferreira, o que lamentou. Reiterou, uma vez mais, que a única questão colocada era que o Senhor Deputado José António Andrade Ferreira desejava que constava em ata o sentido de voto dos diferentes deputados municipais. Apenas isto. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA disse que era o pior que esta Assembleia Municipal tinha. O pior, pois, um Senhor Deputado do PS queria que constasse em ata o sentido de voto de todos os Senhores Deputados. Não, não era esta a sua vontade. Um Senhor Deputado do PS queria que constasse o sentido de voto de parte dos Senhores Deputados. Esta questão tinha um nome. Protestou contra o facto da Assembleia Municipal ter perdido meia hora a discutir um assunto porque havia Deputados presentes na Assembleia Municipal que não se davam ao trabalho de ler as atas e depois as vinham discutir. Por tal

razão, disse que iria ler o que constava da ata, a saber: “Declaração de Voto. Os subscritores desta declaração de voto não deixaram de pensar que a reforma administrativa territorial autárquica plasmada na Lei 22/2012, de 30 de Maio é perniciosa para o país e para as populações e territórios que representam. Não deixaram igualmente de pensar a dita reforma, não passa de uma pobre encenação e de reforma só tem o nome, constituindo um lamentável retrocesso para o aprofundamento e maturidade da nossa democracia representativa. Continuam igualmente convictos que o concelho da Maia constitui um exemplo saudável, frutuoso e, sobretudo, eficiente daquilo que pode ser a ação e presença do poder político junto das populações e ao serviço destas. E, como tal, continuam a entender que a Maia reúne todas as condições para a manutenção das 17 freguesias. Ademais, subscreveriam hoje os mesmos termos com que subscreveram a moção sobre o tema que oportunamente apresentaram nesta Assembleia a qual defenderam e viram aprovada. Porém, é precisamente em obediência a esses princípios que entendem que o concelho da Maia, em face daquilo que é a Lei vigente e das consequências dela, deve envidar todos os esforços e diligências para manter o maior número possível de freguesias. Existe uma diferença clara, em termos de número de freguesias a agregar com pronúncia válida ou sem pronúncia válida da Assembleia Municipal, sem que neste último caso o número de freguesias a agregar seria seguramente superior. Por essa única e exclusiva razão – agregar o menor número possível de freguesias – é que os subscritores votaram favoravelmente a proposta de pronúncia. No caso vertente, só uma pronúncia válida nos termos da Lei pode defender os superiores interesses da Maia. Perante a necessidade de escolher entre dois males, espera-se dos responsáveis políticos que escolham aquele que consideram, o menor dos males para as populações que representam. Não podem os subscritores deixar de dizer uma palavra final para as populações, e para os seus representantes, das freguesias de Vermoim, Gueifães, Maia, Gemunde, Barca, Avioso (Santa Maria), Avioso (São Pedro), Gondim, Nogueira e Silva Escura: estamos certos que saberão manter e reforçar a sua identidade, pois são profundas e milenares as suas raízes e tradições. As freguesias têm a sua génesis histórica na resistência ao abandono do poder



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA



político/administrativo e saberão cuidar desses seus pergaminhos, por forma a que, num futuro mais ou menos próximo, regressem à sua autonomia, pois esse é o caminho certo da perfeição democrática: o poder político cada vez mais próximo das populações. Esta Lei mais não é do que um solavanco conjuntural que, cedo ou tarde, o tempo se encarregará de corrigir. Assim saibamos resistir com sapiência". Como todos poderiam verificar a Declaração de Voto estava assinada por todos os Senhores Presidentes de Junta que tinham votado a favor, que pertenciam, ou não, ao PSD. Todos estavam identificados com a sua assinatura. Era assim que funcionava o PSD. O senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Vermoim, Aloísio Fernando Maia Nogueira, tinha afirmado que não tinha compreendido a atitude do PS. Ele próprio, no início da discussão, também não a entendia, mas apenas na parte final. O Senhor Deputado José António Andrade Ferreira que queria colocar alguns Senhores deputados no índice, enquanto o Senhor Deputado Silvestre Santos Gomes Pereira já tinha a estratégia delineada, que passava por mandar esse índice aos nossos municípios. Esta situação, para além de triste, justificava algo, que era uma situação intrigante, e que se relacionava com a questão de saber a razão pela qual o PS não encontrava um candidato à Câmara Municipal nas próximas eleições autárquicas. -----

JOSÉ ANTÓNIO ANDRADE FERREIRA agradeceu as palavras amáveis que lhe foram dirigidas pelos Senhores Deputados Aloísio Fernando maia Nogueira e Mário Moreira Duarte. Esclareceu que quando tinha falado representava-se a si próprio mas não estava sozinho. Não discutia questões jurídicas, e na sala havia muitos juristas, mas apenas a questão política. Manifestou o seu espanto, porque não esperava que uma questão simples iria levantar a polémica a que todos estavam a assistir. Tinha apreciado a coragem dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, uma coragem sem precedentes noutras sessões, nomeadamente a saída da sala de alguns Senhores Presidentes, provocada por ataques de prostatismo súbito no momento das votações. Desta vez, os Senhores Presidentes de Junta tiveram a coragem de se manter nos seus lugares, apesar dos seus votos serem dispensáveis. Além desta coragem,

apresentaram um Declaração de Voto que está anexa à ata. Por tudo isto, não compreendia a razão de não aceitarem que o seu nome constasse da ata. Na sua memória, não se recordava de ter havido outro tema ou um qualquer outro assunto que tivesse sido discutido na Assembleia Municipal, em que os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia tivessem sentido a necessidade de consultar previamente as suas Assembleia de Freguesia para se pronunciarem. Não conhecia qualquer precedente. Por tudo isto, se os Senhores Presidentes de Junta tinham a obrigação de respeitar o órgão autárquico, Assembleia de Freguesia, que eles próprios tinham convocado e do qual receberam e sabiam expressamente, antes da realização da Assembleia Municipal que votou a Proposta de Pronúncia da Assembleia Municipal da Maia sobre a Reforma Administrativa Territorial Autárquica, qual tinha sido o parecer das suas Assembleia de Freguesia sobre este assunto. -----

----- Colocada à votação a proposta de alteração da ata foi **rejeitada por maioria** com doze votos a favor e uma abstenção. -----

----- Colocada à votação a ata número 4/2012 **foi aprovada por maioria** com doze abstenções. -----

----- Para fazerem declaração de voto inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

JOSÉ ANTÓNIO ANDRADE FERREIRA disse que, antes de ler uma Declaração de Voto, deveria realçar o facto de, na sua intervenção anterior, nunca ter colocado em causa a qualidade das atas feitas nesta Assembleia Municipal. Qualidade que considerou ser muito superior às atas lavradas noutras locais. Pediu para que esta sua posição ficasse devidamente esclarecida, pois a sua crítica nada tinha a ver com o teor e qualidade na elaboração das atas. De seguida leu a Declaração de voto que faz parte integrante da ata como **documento 12**. -----

FLORIANO DE PINHO GONÇALVES declarou que tinha votado a favor a Proposta de Pronúncia da Assembleia Municipal da Maia sobre a Reforma Administrativa Territorial



Autárquica. O seu voto tinha sido de acordo com a deliberação da Assembleia de Freguesia de Vila Nova da Telha. Esclareceu o Senhor Deputado José António Andrade Ferreira, que não eram os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que convocavam as sessões da Assembleia de Freguesia, a convocação era da competência, exclusiva, do senhor Presidente da Assembleia de Freguesia. Não havia qualquer fundamento para que o seu nome constasse da ata conforme a vontade do Senhor Deputado José António Andrade Ferreira, razão do seu voto contra à proposta por ele apresentada. -----

MÁRIO AUGUSTO COSTA RAMOS disse que tinha votado a favor a Proposta de Pronúncia da Assembleia Municipal da Maia sobre a Reforma Administrativa Territorial Autárquica, como Deputado Municipal em representação do Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia da Maia, Carlos dos Santos Teixeira. Declarou que assumia este ato perante a Assembleia de Freguesia e perante os munícipes da freguesia da Maia. Não dava qualquer satisfação ao PS pois nada lhe devia. -----

DAVID AUGUSTO DUARTE TAVARES disse que tinha votado contra a proposta de alteração da ata, apresentada pelo Senhor Deputado José António Andrade Ferreira porque considerou inadmissível o seu pedido de alteração. O Senhor Deputado Jose António Andrade Ferreira desejava que a ata não fosse um relato da sessão, mas que fosse cumprida a sua vontade para que nela constasse o que desejava que fosse lavrado. Não se deveria inventar casos para se escrever uma ata ao gosto de cada um. O CDS/PP, votou a favor a Proposta de Pronúncia da Assembleia Municipal da Maia sobre a Reforma Administrativa Territorial Autárquica, apresentada pelo PSD, uma reforma que considerou insuficiente, pois deveria ter havido um maior número de agregações de freguesias. O CDS/PP assumia os seus atos sem temer vir a ser julgado daqui a vinte ou cem anos, pois nessa altura, esperava que lhe fosse dada razão pelo ato realizado. -----

3.2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL. | ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO|;

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que tinha sido enviada a todos os Senhores Deputados a “Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal”, que faz parte integrante da ata como **documento 13**.

----- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA** que considerou escassa a informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, através da leitura do texto que faz parte integrante da ata como **documento 14**.

O PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu que a Autarquia estava atenta aos problemas do Concelho. O desemprego, as dificuldades económicas de muitas famílias, a introdução de portagens nas ex-Scuts, a privatização da ANA, entre outros, faziam parte das preocupações quotidianas. A maioria dos presentes tinha conhecimento das suas posições públicas sobre alguns destes assuntos. Ele próprio tinha realizado reuniões com Ministros e Secretários de Estado do atual Governo no sentido de tentar resolver os problemas das empresas o encerramento de empresas. Realçou as ações desenvolvidas para incentivar o empreendedorismo. Sobre este assunto, informou que, apesar da crise existente, o nosso concelho era dos que conseguia produzir e cativar mais empresas. Sobre a manutenção dos jardins, disse que já havia dito, anteriormente, que a razão tinha sido provocada pelo Tribunal de Contas que tinha obrigado a refazer novos contratos, estes por ajuste direto, o que provocou atrasos na continuação dos trabalhos de manutenção dos espaços verdes. No momento presente, a situação estava normalizada. Em relação ao pedido de sinalização indicativa da localização do Teatro Art’Imagem, na Quinta da Caverneira, disse que ia tratar deste assunto.



3.3 APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO, PARA O ANO FINANCEIRO DE 2013;

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os senhores deputados: -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA leu o texto que faz parte integrante da ata como **documento 15**. -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES disse que a importância do ponto em análise era merecedora de uma análise mais profunda. Porém, devido ao adiantado da hora lamentavelmente, não lhe permitia essa reflexão. A Maia, a Área Metropolitana do Porto e a Região Norte viviam circunstâncias económicas muito difíceis. De seguida, leu o texto que faz parte integrante da ata como **documento 16**. -----

CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA informou que o PSD iria votar a favor do documento “Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município, para o ano financeiro de 2013”, alicerçado na leitura do texto que faz parte integrante da ata como **documento 17**. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA em resposta às intervenções anteriores disse ao Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes que conhecia mal o concelho para onde tinha vindo residir, pois se o conhecesse, deveria sentir-se orgulhoso por ser um dos seus habitantes. O concelho da Maia não era um dormitório, pois era maior o movimento de pessoas que, doutros concelhos, se deslocavam para o trabalho no nosso concelho que o inverso. A Maia tinha a maior zona industrial do país e o Tecmaia tinha esgotada a sua capacidade de alojamento de empresas. Havia empresários de outros países que desejavam investir na Maia. Citou o exemplo de um empresário israelita. Os investimentos feitos nas nossas escolas eram de mais elevada qualidade. Referiu o apoio dado, com sacrifício, às IPSS, ao Desporto, à Ação Social e à Educação. Disse que tinha ouvido com muita tristeza as

palavras proferidas pelo Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes. Por esta razão, se o PS mantivesse a mesma postura, jamais poderia vir a ser poder no concelho da Maia. -----

----- Posta à votação a proposta “Aprovação das Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município, para o ano financeiro de 2013”, foi aprovada por maioria com 13 votos contra, do PS e BE; uma abstenção da CDU e os votos a favor do PSD e IVNT. -----

3.4 PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O QUADRIÉNIO DE 2013 A 2016 E ORÇAMENTO ORDINÁRIO PARA O ANO DE 2013 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DA MAIA; -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA informou que o BE iria votar a favor a proposta “Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de 2013 a 2016 e Orçamento Ordinário para o ano de 2013 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia”, através da leitura do texto que faz parte integrante da ata como **documento 18**. -----

CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA disse que, tal como tinha considerado o Orçamento para 2013 e as Grandes Opções do Plano do Município um documento elaborado com o rigor e a objetividade, o mesmo se aplicava ao Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de 2013 a 2016 e o Orçamento Ordinário para o ano de 2013 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia. Tratava-se igualmente de um documento que determinava as orientações que a Administração dos SMAS pretendia realizar de uma forma rigorosa e equilibrada. Realçou o valor de 23% para investimentos. Os maiores investimentos eram destinados, sobretudo, à aplicação da telegestão, à produção de energia elétrica a partir do biogás libertado na digestão das lamas da ETAR de Parada, à Central Elevatória de Folgosa e ao Refeitório Municipal. Eram grandes investimentos destinados à melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos e que eram a prova de que no nosso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

concelho se investe bem e a tempo, pois são iniciativas ímpares noutros municípios. Neste ponto, realçou igualmente o orgulho que todos os maiatos deveriam sentir do seu passado e desejariam continuar a ter o mesmo orgulho no futuro. Por tudo isso, informou que o PSD iria votar favoravelmente o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de 2013 a 2016 e o Orçamento Ordinário para o ano de 2013 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL informou o Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes que os SMAS iriam prescindir de um encaixe no valor aproximado de quatrocentos mil euros. Conforme consta da Ordem de Trabalhos, a Câmara solicita à Assembleia Municipal a aprovação do “Regulamento Municipal para Atribuição de Benefícios ao Consumo Doméstico de Água, Saneamento e Resíduos Sólidos”, que visa a criação de uma tarifa social. Esta tarifa irá ajudar a minorar a situação de debilidade económica das famílias mais carenciadas do nosso concelho. Esta medida social tinha um custo, que era o valor referido de cerca de quatrocentos mil euros, que os SMAS iriam deixar de receber no próximo ano. -----

----- Posto à votação o “Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de 2013 a 2016 e o Orçamento Ordinário para o ano de 2013 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia” foi aprovado por unanimidade. -----

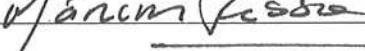
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA disse que, devido ao adiantado da hora, não era possível terminar a Ordem de Trabalhos. Por isso, os trabalhos seriam encerrados e para completar os pontos em falta da Ordem de Trabalhos iria enviar uma nova convocatória para uma sessão, tendo informado que se iria realizar no próximo dia vinte e seis de dezembro, com início à mesma hora e no mesmo local. Se algum Senhor Deputado não pudesse estar presente poderia, nos termos regimentais, solicitar a sua substituição. -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a ata em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

----- E sendo uma hora do dia 20 de dezembro do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, pela 1.ª Secretária, Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia e pela 2.ª Secretária Márcia Isabel Duarte Passos Resende. -----

O Presidente: 

A 1.ª Secretária: 

A 2.ª Secretária: 

Hugo Alexandre da Silva Maia
Avda Sport Club Castelo da Maia, 183, 5º dto tras
4475-284 Avioso São Pedro
Maia

DOC. 1
o refente:
Conselho
6/12/12

Assembleia Municipal da
Maia
Entrada nº 176
Em 04/12/2012

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia
Municipal da Maia
Maia

Avioso São Pedro, 30 de Novembro de 2012

Assunto: Renúncia de Mandato

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Eu, Hugo Alexandre da Silva Maia, membro eleito em efectividade de funções na Assembleia Municipal da Maia, venho por este meio solicitar a RENÚNCIA do meu mandato, por motivos profissionais, nos termos do n.º 1, do art.º 76 da Lei nº 169/99 de 18/9.

Apesar de não poder corresponder nos moldes como sempre fiz, disponibilizo-me para continuar a trabalhar pelo nosso concelho, certo de que os que irão continuar a actividade autárquica no concelho o farão com a dignidade e o brio que a Maia bem merece.

O Signatário,



Hugo Alexandre da Silva Maia

Assembleia Municipal da Maia

De: Luis Gourgel [luisgourgelsilva@hotmail.com]
Enviado: segunda-feira, 10 de Dezembro de 2012 9:51
Para: assembleia@cm-maia.pt; Luis Rothes; marco.martins@etanorpenha.com.pt
Cc: Mário Gouveia Gomes Gouveia; Jorge Catarino; ps.concelhiadamaia@gmail.com
Assunto: Pedido de substituição - 5.ª Sessão da Assembleia Municipal a 19 de dezembro

Importância: Alta

Bom dia.
Ex.mos Senhores,

Venho por este meio informar que por motivos profissionais, não poderei estar presente na 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o próximo dia 19 de dezembro.
Perante o acima exposto solicito que procedam à minha substituição.

Com os meus cumprimentos,
Luis Gourgel Silva

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada nº 180
Em 10/12/2012

*Por que
o reunião:
10/12/12*

From: assembleia@cm-maia.pt
To: assembleia@cm-maia.pt
Subject: Edital da 5.ª Sessão da Assembleia Municipal a 19 de dezembro
Date: Wed, 5 Dec 2012 14:11:28 +0000

Ex.mas Senhoras e Senhores Deputados:

Encarrega-me o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, do envio do Edital da Convocatória da 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o próximo dia 19 de dezembro, pelas 21h30, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho.

Com os meus cumprimentos.
José Leal

Assembleia Municipal da Maia

De: Rui Monteiro [ruimanuelmonteiro@gmail.com]
 Enviado: quinta-feira, 6 de Dezembro de 2012 17:19
 Para: assembleia@cm-maia.pt
 Cc: antonio.oliveira.silva
 Assunto: 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia - 19 de Dezembro - Solicitação de Substituição

Exmo. Senhor
Luciano da Silva Gomes
 M.I. Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Tendo recebido a convocatória que V. Ex.^a gentilmente me enviou para a 5^a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia, que se realizará no próximo dia 19 de Dezembro às 21h30, valho-me do presente para solicitar a V. Ex.^a, Sr. Presidente, a minha substituição uma vez que não poderei comparecer dado que serei submetido a uma intervenção cirúrgica no dia 17, prevendo-se que tenha alta hospitalar, apenas, no dia 20.

Sem outro assunto de momento endereço a V. Ex.^a os meus melhores cumprimentos com elevada estima e consideração pessoal

Rui de Sousa Monteiro

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada nº 139
Em 07/12/2012

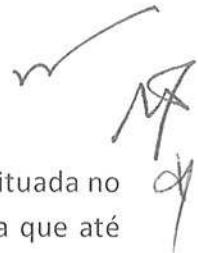


Doc. 4

BLOCO DE ESQUERDA

Grupo Parlamentar da Assembleia Municipal da Maia

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO



Sobre o encerramento da loja IZIBUILD

No dia 4 de Dezembro de 2012, os 22 trabalhadores da loja IZIBUILD, ex lojas IZI, situada no Centro Comercial Jumbo-Maia, foram informados pela administração da empresa que até ao final do mês de Dezembro vai encerrar a referida loja.

As lojas IZIBUILD pertencem ao grupo PRÉBUILD, que adquiriu as 25 lojas IZI, em 1 de Julho de 2011.

O Grupo PRÉBUILD assumiu publicamente e com os cerca de 500 trabalhadores das referidas lojas criar dinâmicas de desenvolvimento e expansão do grupo no mercado nacional.

O Bloco de Esquerda, em contato com os trabalhadores da loja da Maia, tomou conhecimento de que a empresa desde que assumiu a gestão se limitou a descapitalizar a loja vendendo todo o stock existente, sem a correspondente reposição.

A loja da Maia é uma loja viável, reconhecida no concelho da Maia e concelhos limítrofes, com uma vasta carteira de clientes e onde a maioria dos trabalhadores laboram há mais de 15 anos. O encerramento desta loja atira para uma situação de pré desemprego mais de duas dezenas de trabalhadores, com consequências imprevisíveis nos respetivos agregados familiares e vai aumentar o já elevado desemprego no concelho da Maia.

O Grupo PRÉBUILD ao encerrar a loja IZIBUILD da Maia, uma loja viável, assume uma atitude enganosa, está a defraudar as expectativas criadas aos trabalhadores e a contribuir para o agravamento da crise social no concelho.

Considerando o exposto, A Assembleia Municipal da Maia, reunida no dia 19 Dezembro de 2012, Recomenda:

- 1 - Que a Câmara Municipal ^{apure} ~~interceda~~ junto da Administração da IZIBUILD no sentido de apurar os motivos do encerramento da loja da Maia.
- 2- Que a Câmara Municipal ^{apure} ~~interceda~~ diligencie junto do Ministério da Economia no sentido de apurar se já tomou alguma iniciativa no sentido de salvaguardar os postos de trabalho em risco bem como todos os direitos dos trabalhadores.

Pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda

Maia, 19 de Dezembro de 2012





BLOCO DE ESQUERDA

Assembleia Municipal da Maia

DOC. 5

Moção

Nova lei das rendas vai agravar situação social

A entrada em vigor em 12 de Novembro último do novo regime do arrendamento urbano poderá levar ao despejo de 40.000 famílias na região Norte, antevê a Associação Nacional de proprietários.

No concelho da Maia, a aplicação da lei nº 31/2012 de 14 de Agosto (que prevê, como é sabido, a liberalização total das rendas num prazo de cinco anos), irá ter graves consequências sociais, já que a imposição, de facto, duma renda de 1/15 (6,7%) do valor patrimonial actualizado do fogo conforme prevê a nova lei, vai gerar rendas incomportáveis para um número muito elevado de inquilinos ...

Outra das graves consequências das medidas previstas nesta lei quanto ao arrendamento não-habitacional será o encerramento de muitos estabelecimentos comerciais no concelho da Maia, com o aumento ainda maior do desemprego, pelo que se impõe a revisão desta lei.

Num tempo em que são impostas à população medidas de empobrecimento forçado, descida dos salários e das pensões, não é justo nem aceitável aplicar uma lei que prevê aumentos muito significativos das rendas e a facilitação dos despejos e atinge principalmente as populações mais idosas e com poucos recursos económicos.

Assim, a Assembleia Municipal da Maia, reunida em 19 de Dezembro de 2012, perante o inevitável agravamento da situação social no concelho decorrente do novo regime do arrendamento urbano, DELIBERA defender:

Uma moratória na aplicação da lei nº 31/2012 de 14 de Agosto, enquanto decorrer o chamado PAEF e a consequente diminuição de salários e pensões e cortes nos subsídios de férias e de Natal

Maia 19 de Dezembro de 2012

O Grupo Municipal do BE

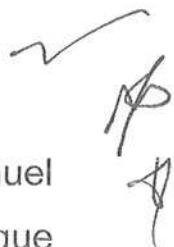
Silvestre Pereira

Francisco Amorim

(A remeter à Presidência da República, Governo, Assembleia da República e Grupos Parlamentares)

CDU

Voto de Pesar



No passado dia 5 de Dezembro faleceu Papiniano Manuel Carlos de Vasconcelos Rodrigues, insigne poeta e escritor, que para a posteridade ficou como Papiniano Carlos.

Nascido em Moçambique, na então Lourenço Marques, desde muito novo que se mudou para a metrópole, radicando-se primeiro no Porto e mais tarde na Maia, na actual freguesia de Pedrouços, onde viveu a maior parte da sua vida.

Papiniano Carlos foi um importante elemento do movimento literário neo-realista, tendo-nos deixado obras de elevado valor literário como *A Ave Sobre a Cidade* ou *Sonhar a Terra Livre* e *Submissa*, este último em conjunto com Luís Veiga Leitão e Egito Gonçalves, poetas com quem Papiniano dirigiu a revista *Notícias de Bloqueio*. Deixou-nos ainda o *Canto Fraternal*, poema épico pleno de esperança, em memória da derrota do fascismo na Europa em Maio de 1945. Para além da poesia, Papiniano Carlos deixa uma obra notável no campo da literatura infantil, onde se pode destacar *A Viagem de Alexandra* e o poema *A Menina Gotinha de Água*, entre outros títulos. Referência ainda para *Terra Com Sede*, volume onde se encontram alguns dos mais belos contos do neo-realismo português, nomeadamente *Eu Sou o Chico Miana*. Acerca deste conto disse António Ramos de Almeida: "Depois de O Malhadinhas de Aquilino jamais li alguém, entre nós, que conseguisse revelar com tanta pujança um herói popular."

Papiniano Carlos foi também um lutador da democracia e da liberdade, tendo dedicado grande parte da sua vida à luta contra o fascismo. Foi militante do PCP a década de 40 do século passado, participou na luta clandestina e por três vezes foi preso pela PIDE. Assim como o poeta e escritor, também o democrata nos merece respeito e consideração.

A Assembleia Municipal da Maia, reunida em sessão ordinária no dia 19 de Dezembro de 2012 aprova um voto de pesar pelo desaparecimento de Papiniano Carlos, enviando à família enlutada as mais sentidas condolências.

2º Bloco de cdu
Ribeira Quente

Assembleia Municipal da Maia

De: sapo [fatima.garcia.advgd@sapo.pt]
 Enviado: segunda-feira, 17 de Dezembro de 2012 17:59
 Para: 'Assembleia Municipal da Maia'
 Assunto: Pedido de substituição

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia



Com meus respeitosos cumprimentos

Por motivos profissionais não posso estar presente na AMM, a realizar no dia 17 de Dezembro, facto pelo qual solicito a minha substituição.

Renovando meus Cumprimentos

Fátima Garcia

Deputada pelo Partido Socialista

Assembleia Municipal da
 Maia
 Entrada nº 205
 Em 18 Dez 2012

Out meus saques
 não for de qualquer
 impossível se for.
 19/12/12
 Carvalho e este vos entendo
 for de prop
 difundir.



DOC. 8

Freguesia da Maia
Município da Maia

[Handwritten signature]

Exmo. Senhor
Luciano da Silva Gomes
M.I. Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Praça Dr. José Vieira de Carvalho
4470-220 MAIA

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

Data

2012/917

19/12/2012

Assunto: 5^a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal
Substituição

Exmo. Senhor Presidente

Sirvo-me do presente ofício para comunicar a V. Exa. que não poderei participar na 5^a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que se realiza hoje, 19 de Dezembro de 2012, por me encontrar ausente do Município.

Por este motivo faço representar-me pelo meu Substituto Legal, Sr. Mário Augusto Costa Ramos.

Sem outro assunto, subscrevo-me com os meus melhores cumprimentos.

O Presidente da Junta,

(Carlos Santos Teixeira)



Bloco de Esquerda

DOC. 9



Nesta época natalícia qual o presente que o governo e o Presidente Cavaco têm para nos oferecer?

A aprovação do orçamento do estado para 2013 transporta para a vida dos portugueses mais impostos, menos direitos sociais, mais falências, mais desemprego, mais miséria, destruição da economia, venda dos nossos recursos por qualquer preço, mas cria também dentro de nós uma revolta crescente...

Começo por vos afirmar a indignação que corre dentro de mim, mas que naturalmente todos os dias a maioria dos portugueses também sente, em sequência das medidas impostas pelo governo PSD/CDS, que estão fazer do dia-a-dia dos portugueses um verdadeiro inferno!

O nosso País está hoje a ser destruído, dia a dia, por um governo que declaradamente e sem-vergonha, entrega o nosso destino aos desejos dos capatazes da alta finança a que chamam "troika", para quem os desejos de uma vida decente e um futuro para os nossos filhos nada conta.

Este governo atua completamente vergado aos ditames da Finança!

Basta analisarmos o modo escabroso e pouco transparente como estão a ser efetuadas as chamadas privatizações, foi assim com a EDP, é agora com a TAP, ANA e RTP, para verificarmos que, contra o tempo, isto é, o mais rapidamente possível, porque sabem que têm os dias contados, delapidam os nossos recursos entregando-os por tuta e meia, e quiçá entregando-os a "possíveis amigos" porque sabem que, quando forem corridos do poder, eventualmente lá terão os seus lugares garantidos!

Do mesmo modo as chamadas "reformas do estado" são nada mais, nada menos, do que a redução drástica e até a destruição total de importantes direitos sociais dos portugueses, tão duramente conquistados pela geração de Abril, nomeadamente na saúde, no ensino, nas pensões e na legislação laboral.

O ataque à democracia feito pelo governo na denominada Reforma Administrativa, é um exemplo vivo no nosso concelho, onde a maioria PSD/CDS, aqui também representada maioritariamente, deu a sua cobertura à vontade do governo, atropelando os interesses das populações das nossas freguesias e esquecendo o valor do seu voto! Pois nenhum dos eleitos foi a sufrágio para eliminar Freguesias!



Desde os tempos do primeiro-ministro Cavaco Silva é clara e é consciente a cedência dos sucessivos governos, ao projeto de destruir Abril e de desmantelar o Estado Social. Esse projeto é hoje descaradamente assumido pelo governo PSD/CDS.

Por isso não podemos deixar de lutar contra este orçamento que é contra a Constituição e portanto fora da lei.

Este curso das coisas, afirmamos convictamente, não é inevitável.

Aliás, não existe outra alternativa para garantir o futuro que não seja o da rotura com a receita da troika e desta política.

A história está carregada de exemplos que demonstram isso mesmo... Temos de corajosamente impor a mudança. Cada dia a mais de governação destes senhores é uma ferida nas conquistas e direitos que conseguimos...

Por isso afirmamos: o nosso País necessita desde já de um outro governo e de uma outra política. Este governo perdeu a legitimidade, porque mentiu ao povo, queremos a demissão deste governo e novas eleições.

Aceitar a lógica da desgraça inevitável que os neoliberais nos vendem, não é inteligente e são muitos os que nos pretendem fazer passar por parvos!

Tantos comentadores que nos acusaram de irresponsáveis quando há mais de ano e meio dizíamos: temos de renegociar a dívida, não a conseguiremos pagar nestas condições, o acordo com a troika vai levar o país à miséria, ao desemprego e vai destruir a nossa economia.

Hoje, alguns paladinos da direita já defendem o que o BE defendia há quase dois anos! Esta é a pretensa gente responsável com quem teremos de lidar, mas também e desmistificar! Até mesmo a OCDE afirma que caminhamos rapidamente para o número escandaloso de 2 milhões de portugueses a viverem no limiar de pobreza!

Os desafios que nos põem são enormes e o centro da ação política do BE na Maia
Mas, perante as responsabilidades que nos vão sendo pedidas pelos 150 000 habitantes do
nosso concelho, que são imensas, sentimos que todos os que aqui estão empossados têm
responsabilidades acrescidas.

Os nossos pontos de vista são certamente diferentes, mas temos a certeza que a
mudança é mais necessária e urgente do que nunca! Acreditamos nas nossas convicções,
estaremos sempre com a população e os trabalhadores e todos os que são vítimas desta
política na defesa consequente dos seus direitos.

Saberemos avaliar a nossa ação, antes do mais, pelas pessoas que a nós se juntam,
que nos respeitam, que em nós confiam.

Teremos de ajudar a construir o que é necessário para que valha a pena viver na nossa
terra. Para que se acredite num futuro para nós e para os nossos filhos.

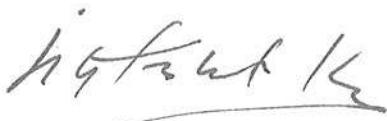
A cada um de nós na Maia, a cada um dos 10 milhões de portugueses, caberá construir
um pouco desse futuro. Um futuro sem “troika” e sem parasitas. Um futuro nosso. Um
futuro para Portugal.

É URGENTE esse caminho!

Maia, 19 de Dezembro de 2012

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Silvestre Pereira



Período de Antes da Ordem do Dia – 19/12/12

No próximo dia 31 deste mês, quando cada um de nós, junto de familiares, de amigos ou até no recato do seu lar se preparar para entrar num novo ano, confortados nesse momento tão propício para enumerar objectivos, desejos e esperanças, haverá na Maia mais umas dezenas de trabalhadores que ficarão desempregados. No dia 31 de Dezembro, a Izibuild da Maia encerrará definitivamente as suas portas, tal como as suas congénères de Ovar e do Barreiro.

Naturalmente, a eliminação de postos de trabalho no nosso município é razão suficiente para que nesta assembleia se trate tal assunto. Porém, há mais coisas em jogo neste processo, e cremos ser importante que, Assembleia Municipal e Câmara Municipal aqui representada saibam que, neste nosso município, está presente um grupo empresarial, a Prébuild, que se dedica à liquidação de empresas, de insolvência em insolvência, furtando-se ao respeito dos direitos de quem trabalha, escudando-se numa lei cada vez mais hostil ao trabalho e ao elemento mais frágil na relação laboral: o trabalhador.

De acordo com os trabalhadores, o trabalho continua a existir e, não obstante os reflexos da crise que vivemos, a Izibuild teria condições para continuar. Dizem ainda que, desde o momento da aquisição das lojas pela Prébuild até ao anúncio do seu encerramento, o grupo limitou-se a descapitalizar as várias lojas, vendendo todo o stock de materiais existente sem qualquer tipo de reposição. Em boa verdade, o desejo de crescimento económico e de melhoria do bem comum, presente na generalidade dos trabalhadores portugueses, como tem sido bem visível nos anseios e palavras de ordem presentes nas manifestações e iniciativas de trabalhadores que vão ocorrendo por este país fora, nem sempre se coaduna com a mesquinha contumácia de um patronato de visturas curtas, para o qual o crescimento só faz sentido se for o das suas contas bancárias. Saibam os senhores deputados e demais presentes nesta sessão ordinária, que a Prébuild, empresa ligada à construção civil, metalurgia e madeiras, adquiriu nos últimos anos 33 empresas, estando boa parte delas em processo de insolvência, como são os casos de Goldcer, Kind, Levira, Martim, Oficina de Porcelanas, Sonante, Levira II e Portuleiter. A Prébuild, já destruiu centenas de postos de trabalho, através de processos de insolvência e desta forma foge ao pagamento das indemnizações aos trabalhadores com total impunidade por ausência de intervenção das entidades competentes.

Aproveitando-se da actual situação de perseguição aos direitos, o grupo Prébuild vai crescendo de modo, no mínimo, *sui generis*: compra empresas para falir, recaindo sobre os trabalhadores a factura. A agiotagem e a corrupção passam impunes.

Aproveitamos este momento e a presença do senhor presidente da Câmara Municipal para colocar uma questão que nos chegou da parte de uma munícipe e que, estamos em crer, será partilhada por outros maiatos. Referimo-nos concretamente ao novo sistema de recolha de lixos que está a ser implementado nalgumas freguesias da Maia. A munícipe em questão é moradora num prédio sem casa do lixo, no qual não cabem os novos reservatórios. Assim, continuou a depositar o lixo do modo tradicional. Ora, segundo a própria nos disse, os trabalhadores dos serviços informaram-na que não recolheriam sacos de lixo que não estivessem devidamente depositados nos novos contentores. Ao contactar os serviços, foi-lhe dito que poderia continuar a colocar o lixo como sempre fizera. A munícipe em causa teme que lhe sejam cobradas multas. Perguntamos, pois, senhor presidente, como se prevê tratar casos semelhantes.

Antes de terminarmos, e com o desaparecimento do poeta Papiniano Carlos bem presente, perguntamos-lhe, senhor presidente, o que nos pode informar acerca da nomeação da biblioteca de Pedrouços com o nome deste distinto pedroucence, nomeação, de resto, já aprovada em assembleia de freguesia.

Por fim, ficam os votos da CDU de boas festas para todos os maiatos e de um novo ano de muita luta, que possa garantir aos trabalhadores e ao povo um país mais justo, mais fraternal e democrático, com políticas soberanas de defesa do povo português.

Pel' Bancada da CDU

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Exm.º Senhor:

Presidente da Assembleia Municipal

MAIA

Nome

Agostinho Ferreira Oliveira Rangel

Morada

Rua Tilde Vesa N.º 98

Freguesia

S. PEDRO DE AVOA -

Código Postal

4425-729

S. PEDRO DE AVOA

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex^a., que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

Reclamação apresentada à ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DA MAIA

Maia, 19/12/2012

(Assinatura)

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.



Assembleia Municipal da Maia
Grupo Parlamentar do Partido Socialista

DECLARAÇÃO DE VOTO do Partido Socialista à ATA nº 4/2012
relativa à 4ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia
que teve lugar nos dias 8 e 10 de Outubro de 2012.

✓
M 18

Assistimos na passada Assembleia ao ato politicamente mais reprovável a que até agora pudemos assistir nesta ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA, ao vermos Presidentes de Juntas de Freguesia votarem a propósito da proposta de pronúncia apresentada pelo PPD-PSD que reduz de 17 para 10 o número de Freguesias do Concelho da Maia, em sentido contrário daquela que fora a decisão das respetivas Assembleias de Freguesia, ouvidas previamente a este propósito.

Apesar de considerarmos essa posição um desrespeito à Lei, nomeadamente ao quadro de competências e ao regime jurídico do funcionamento dos órgãos das freguesias, e até à própria Lei 22/2012 de 30 de Maio, consideramos que, ainda mais grave que isso, esta posição dos Presidentes de junta viola as mais elementares regras da ética política e configura uma grave falta de respeito pelos órgãos das suas freguesias, e uma traição ao povo que os elegeu.

Ora, se para alguma coisa servem as atas destas Assembleias é seguramente para que no futuro os atos e decisões que aqui tomamos possam ser sujeitos ao julgamento da história, por isso, face à gravidade das posições aqui tomadas e à implicação que dessas decisões vai resultar para o futuro do Concelho maiato, consideramos que seria exigível que desta ata constasse a informação expressa de que esta pronúncia foi aprovada com os votos favoráveis dos deputados do PPD-PSD, do deputado do CDS-PP e dos Presidentes de junta de 15 das 17 freguesias (excluindo-se apenas os Presidentes das Juntas de Freguesia de Gondim e Gueifães), e que 4 dos que votaram a favor, os Senhores, **Presidente da Juntas de Freguesia de Gemunde Sr. Eugénio José Vieira Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia da Nogueira Sr. Ilídio da Silva Carneiro, Presidente da Junta de Freguesia de**



Assembleia Municipal da Maia
Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Maia que nesta Assembleia se fez representar pelo Sr. Mário Augusto Costa Ramos, e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vermoim Sr. Aloísio Fernando Maia Nogueira, votaram favoravelmente a proposta de agregação das suas freguesias, contra a vontade expressa das respetivas Assembleias de Freguesia.

Não sabemos se a história fará o julgamento destes comportamentos daqui a cem dias ou cem anos, mas não temos dúvidas que será feito. Em política como na vida os fins não podem justificar os meios. Não há interesses pessoais que possam justificar um tal comportamento.

Esta é a razão porque contra o que sempre fizemos, optamos pela abstenção nesta ATA.

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

José António Andrade Ferreira



DOC. 13

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

3.2
spulete
novo ordinário
B.M. 12/12/12
12/12/12
q

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada nº 182
Em 11/12/2012

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal
da Maia

Paços do Concelho

MAIA

Ofício nº 19.422

ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA
DA ATIVIDADE MUNICIPAL.

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Ex.a e através de V.
Ex.a à Ex.ma Assembleia Municipal, o presente documento.

Esta Informação sobre a actividade do Município é trazida a V. Ex.as
na oportunidade e a propósito da realização da 5ª Sessão Ordinária da
Assembleia Municipal do ano de 2012.

Neste período de tempo, decorrido desde a última vez que me dirigi
à Assembleia Municipal, a actividade promovida e diretamente levada a
efeito pela Câmara, Serviços Municipalizados e Empresas Municipais



BT
✓
AF
AF

desenvolveu-se no quadro e com o ritmo que nos é característico, sendo balizada pelos documentos previsionais, aprovados nos devidos tempos, que regem e enquadram a vida do Município.

E para referir que este foi um tempo particularmente difícil pois as condições económicas que nos envolvem, e que condicionam a nossa ação, são-nos muito desfavoráveis já que a retração da atividade geral e o definhamento da criação de valor e de PIB por parte do setor produtivo da nossa sociedade tem vindo a ser o que todos bem sabemos.

Mas, e acima de tudo, o que mais nos preocupa, e onde nos temos vindo a centrar cada vez mais, são as condições de vida dos nossos Munícipes, em particular os mais desfavorecidos, os mais necessitados e os grupos sociais mais vulneráveis.

Este também foi um tempo em que tivemos de dar uma atenção especial a um conjunto de atos de gestão e à preparação e elaboração de documentos – uns de cariz mais técnico e outros mais político –, que, pelo seu alcance e significado, terão implicações, conformarão e condicionarão, de certa forma e em estrito senso, o advir do Município. Refiro-me, em particular, aos decisivos documentos que constituem a agenda desta Sessão da Assembleia Municipal que, pela sua importância e extensão, tocam, respeitam e incidem em praticamente todos os setores da nossa Sociedade. Assim, pouco mais haveria a referir.



[Handwritten signature]

Todavia, e a título de apontamento, gostaria de deixar umas notas acerca da Educação e da nossa atividade recente neste campo:

– Em Outubro procedemos à entrega dos Manuais Digitais aos alunos e professores do 1º ciclo do Ensino Básico das Escolas da Maia.

Esta ação, iniciada já no ano de em 2008, fez com que a Maia fosse o primeiro Concelho a usar, experimentar e a disponibilizar o Manual Digital Escolar, sendo que, e desde então, esta ferramenta tem estado presente nas escolas do Concelho. Aos dias de hoje continuamos a oferecer conteúdos digitais nas áreas do Português, da Matemática, do Estudo do Meio, do Inglês e de TIC@Cidadania, para utilização no quadro interativo da sala de aula ou no computador pessoal do aluno.

Cada aluno, cada professor, cada Pai e Encarregado de Educação pode, através da seu uso, reforçar as aprendizagens de forma lúdica, quer em contexto de sala de aula, quer nas atividades de enriquecimento curricular ou, até mesmo, em casa.

Esta é uma ação que nos propomos reforçar e transformar em exemplo e numa referência até mesmo no contexto europeu.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

– Também em Outubro, procedemos à apresentação do Programa de Saúde Escolar que levaremos a efeito neste ano letivo.

A intenção e o propósito que nos norteia é o da disseminação de conceitos de saúde e de bem-estar junto dos nossos de mais tenra idade, tendo por alvo a população escolar dos Jardins de Infância e do 1º ciclo da rede pública, num universo de mais de 8.000 alunos.

Isto no quadro das metas da “saúde para todos” da OMS e que a DGS vinculou para o País.

Na cerimónia de lançamento do programa apresentámos as entidades aderentes, os parceiros científicos e os padrinhos de projetos (entidades públicas e pessoas com notoriedade na Sociedade e com presença mediática reconhecida pela população alvo) em conjunto e numa salutar parceria com os agrupamentos escolares do concelho da Maia.

Um outro assunto que gostaria de pontuar diz respeito ao programa de “Turismo Sénior Maiato” que teve este ano a sua 16ª edição.

Através da realização de viagens para Pessoas com idade acima dos 65 anos, levando-os a visitar locais de interesse turístico-cultural, pretendemos dinamizar os nossos mais avançados na idade, elevando a sua moral e auto-estima, dignificando o seu viver e ajudando a combater um dos seus maiores problemas, a solidão.







Este ano, e durante os meses de Setembro e Outubro, o destino foi a cidade de Guimarães, em razão de estar instituída como Capital Europeia da Cultura. Tivemos a participação de 4.500 Pessoas, sendo que 600 se inscreveram pela primeira vez.

Um último apontamento para referir que o Município da Maia, através da “Maiambiente”, foi distinguido internacionalmente pela sua política e práticas ambientais.

A instituição que promove o galardão é a “The Green Organization” – uma entidade independente, sem fins lucrativos, sediada em Inglaterra, que reconhece, premeia e promove as melhores práticas ambientais – sendo os “International Green Apple Awards” (criados em 1994) considerados um dos mais prestigiados eventos de reconhecimento de boas práticas ambientais em todo o mundo.

Os prémios são concedidos anualmente, a empresas, municípios e comunidades, sendo que no ano de 2012 foram apresentadas mais de 500 candidaturas.

No sector “Internacional”, a Maia, através do projeto “Ecoponto em Casa”, foi distinguida com um dos sete prémios atribuídos na categoria Europa.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Two handwritten signatures are present. The signature on the left is "B.M." and the signature on the right is "R.A.".

Uma vez mais o Município da Maia, e neste caso através da "Maiambiente", vê o seu trabalho e espírito empreendedor ser reconhecido pelas mais importantes instâncias e entidades ligadas ao Ambiente.

Como já no início deste documento referi, o conjunto de documentos que vão estar em apreciação e votação nesta Sessão da Assembleia, ao abrangerem e abarcarem todas as áreas de actuação municipal, levam e fazem com que nada mais seja necessário referir neste momento.

Quero, por fim, manifestar-me ao inteiro dispor de V. Ex.a e da Ex.ma Assembleia Municipal para apresentar e fornecer quaisquer informações suplementares que venham a entender como necessárias.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Mais informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

a) Documentos –	1.568.216,70
b) Dotações orçamentais –	10.145.801,43
c) Dotações não orçamentais –	4.255.545,21

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, aproveito a ocasião para apresentar a V. Exa e à Ex.ma Assembleia Municipal os meus melhores cumprimentos e os **meus sinceros desejos de um Bom Natal**.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 7 DE DEZEMBRO DE 2012,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(ENG. ANTONIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL

✓
AF

Este ponto da Ordem de Trabalho não pode ser tratado como um ritual ou um mero cumprimento formal das normas legais mas tem de ser um indicador objetivo e circunstanciado da atividade do executivo Camarário.

O BE não pode deixar de expressar a sua perplexidade e preocupação pela escassez de informação da atividade do executivo desde da última Assembleia o que espelha a ser verdade, a inoperância e paralisia da atividade da maioria que dirige a Câmara.

Em consequência deste breve apontamento aproveitamos este ponto para questionar o Sr. Presidente sobre matérias de crucial importância direta e indireta para o Concelho e qual tem sido o seu papel na afirmação das posições dos órgãos autárquicos, da defesa dos interesses dos munícipes e da intervenção em realidades de natureza sócio – laboral que atingem o Concelho.

Dada a importância estratégica da ANA como infraestrutura aeroportuária no desenvolvimento da região norte de Portugal e considerando que a sua gestão pública integrada na Rede Nacional de Aeroportos foi decisiva para a sua expansão e modernização qual foi a posição do Sr. Presidente e qual o tipo de intervenção na defesa desta região, de que a Maia é um Pólo importante, na defesa da ANA como empresa pública e contra uma privatização que poderá por em causa os interesses económicos do País, da região e da Maia.

Se em todo o processo de intenção de privatização da ANA com contornos inaceitáveis e venda ao desbarato num processo único a nível se o acompanhou e que tipo de atitude e ou posição tomou o Executivo camarário?

Uma segunda questão que colocamos prende-se com o encerramento de empresas no Concelho e, consequentemente, lançamento no desemprego de centenas de trabalhadores, com consequências sociais e económicas para a vida de muitos maiatos ou de muitos que trabalham no Concelho.

Decorre da Moção sobre o encerramento da Izibuild a premência das perguntas que o BE pretende colocar ao Sr. Presidente. Se tem acompanhado estas situações e que tipo de papel – se é que o tem – do executivo no sentido de inflectir estas situações e de contribuir para a manutenção das empresas e dos postos de trabalho. Se há alguma intervenção direta do executivo e do Sr. Presidente junto das empresas em situação económica difícil ou em processo de deslocalização e encerramento e junto das entidades competentes e dos Ministérios da Tutela?


Uma outra preocupação de muitos Maiatos que se tem dirigido aos eleitos do Bloco de Esquerda nas freguesias e na Assembleia Municipal deriva do certo abandono no tratamento dos jardins próximos das zonas habitacionais e de não serem replantadas árvores ou arbustos nos locais que por diversas razões deixaram de existir e que medidas pensam tomar nesta matéria.

Se o Sr. Presidente considera ou não importante, com a instalação definitiva e importante do Teatro Art'Imagen no Concelho, na Quinta da Carveneira, a colocação de sinalização no Alto da Maia e nas proximidades indicativa do seu local e que medidas pensam tomar para a sua colocação?

Gostaríamos ainda de conhecer se há desenvolvimentos e quais relativamente à problemática das SCUTs sobejamente discutida nesta Assembleia Municipal e se deu expressão às críticas publicas sobre o processo de reorganização administrativa, sem prejuízo da deliberação da última Assembleia tomada ao arrepio de muitas decisões das Assembleias de Freguesia e das populações e de que modo foi dado dimensão a essa expressão.

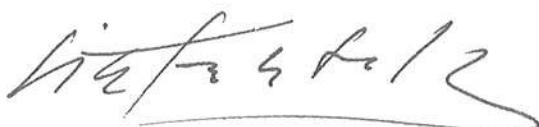
Finalmente se considera ou não que está informação sobre atividade municipal está incompleta ou se reflete de facto a atividade do executivo nestes meses que mediaram a realização entre a última e esta Assembleia.

Maia, 19 de Dezembro de 2012

OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DO BE

Silvestre Pereira

Francisco Amorim





Bloco de Esquerda

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia
 Exmo. Presidente da Câmara
 Exmos. Srs. Deputados
 Exmos. Srs. Vereadores presentes
 Digníssimo Público

✓
 M ap

As GOP e Orçamento para o nosso Município para o próximo ano 2013 são claros nos objetivos definidos pelo executivo e pela maioria PSD/CDS que a suporta. Resignação e subserviência perante o poder, por um lado, e, por outro, falta de perspetiva e de estratégia que leve a uma mudança de caminho que se impõe cada vez, com a maior urgência!

Com efeito, o caminho seguido pelo executivo demonstra em nossa opinião uma estagnação clara e dramática no investimento, nomeadamente no investimento que poderia gerar emprego e mais atividade económica para o nosso concelho, esses sim capazes de trazer esperança e algum futuro aos maiatos.

Mas a realidade que se nos apresenta é, nada mais nada menos, o espelho da aplicação da política do garrote e do asfixiamento económico que o governo PSD/CDS está a impor aos portugueses e também ao poder local. Mas outro caminho seria possível e certamente muito mais positivo.

Assim considerarmos positiva a evolução da diminuição significativa da dívida da autarquia. Mas isso para nós não significa tudo. Para o Bloco de Esquerda é fundamental num momento como este dar algum impulso à economia local.

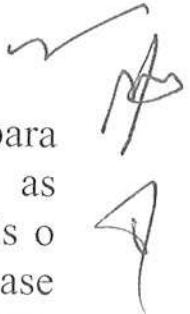
Neste contexto e dando como adquiridas as afirmações do Sr. Presidente da Câmara que a consolidação das contas da Câmara um exemplo para outras autarquias! “ e que a Camara Municipal da Maia respira uma boa saúde financeira”, dizemos: é o momento de verter essa oportunidade para as GOP.

É óbvio que os apoios sociais são extremamente importantes no atual momento de grande aflição em que vivem muitas famílias maiatas e por isso consideramos que o valor disponibilizado para a ação social é deveras significativo! Mas revela também o aumento do empobrecimento da população no nosso concelho e, como é óbvio, é obrigação da autarquia tomar medidas que ajudem a inverter este dramático quadro de recessão imposto pelo governo a mando da finança e da troika.

A realidade infelizmente contradiz o Sr. Presidente da câmara quando numa recente entrevista referia que a Maia estava a passar ao lado da crise!

A verdade é que a crise afeta os maiatos da mesma forma que afeta a maioria dos portugueses, pois a estratégia de empobrecimento e de redução de salários está a provocar a destruição das empresas, do emprego e da nossa economia.

Na Maia o reflexo desta política é por demais evidente pelo constante encerramento de empresas: Carpan, Finex, MacMaia, IZibuild e muitas outras na área do pequeno comércio, são alguns exemplos demonstrativos de que o Sr. Presidente está a passar ao lado da compreensão e da dimensão da crise!


Pois o Sr. Presidente tem certamente conhecimento que, para além do encerramento das empresas, estão depois as consequências dramáticas para as pessoas e são cada vez mais o número de pessoas desempregadas no nosso concelho, quase 16%, muitas delas empurradas para uma situação sem retorno dada a sua idade, cerca de 34% são jovens até aos 34 anos que não conseguem entrar no mercado de trabalho, o número de famílias insolventes no nosso concelho é às dezenas por mês!

É por isso que afirmamos: não podemos deixar que as pessoas sejam empurradas para a miséria e para indignidade da caridade. Temos de impor uma política ativa que possibilite uma mudança de paradigma.

Por isso dizemos: se a Câmara Municipal da Maia tem uma razoável situação financeira, então as GOP para 2013 terão de ser diferentes, terão que ter outro caminho! Então nós propomos uma clara mudança de estratégia! As GOP não podem ser um plano de emergência social! São sim o momento da determinação de linhas estruturais e estratégicas para o desenvolvimento sustentável do nosso concelho!

O investimento na construção e reabilitação de habitação social são um pequeno exemplo que refiro como possíveis de criar alguma dinâmica na economia do nosso concelho. Mas muitos mais exemplos poderiam acrescentar: habitações para seniores, melhoramentos na via pública, nos passeios para peões, ajardinamento, etc... As autarquias poderão ser um exemplo vivo de como é possível criar uma dinâmica económica capaz de criar emprego e de dar dignidade às pessoas!

Por isso mais importantes que os números são a definição de políticas...

No Bloco de Esquerda, não acreditamos na inevitabilidade das soluções que nos pretendem impor como únicas e imutáveis, isto porque temos a certeza que existem outros caminhos, o da criação de emprego e da devolução da dignidade ao povo! Sabemos também que com os atuais mandantes no governo isso não será possível. Por isso todos os dias lutamos por uma alternativa que possibilite a esperança e o futuro!

É neste contexto e à luz desta análise que referimos alguns aspetos do orçamento e das Grandes Opções do Plano.

Como já referimos o Orçamento e o Plano de Actividades são os documentos mais reveladores das opções, das escolhas políticas e das prioridades do Executivo.

E na opinião do Bloco de Esquerda as escolhas do atual Executivo não vão no sentido que consideramos o mais ajustado à atual situação. O desinvestimento constante que ressalta do presente orçamento vai comprometer o futuro próximo do desenvolvimento do nosso concelho. Mas fazendo uma breve análise do Orçamento apresentado, chegamos à seguinte conclusão.

Que para o ano de 2013 nada há de novo, acontece apenas a continuidade da diminuição muito acentuada do Orçamento, o que é deveras preocupante: Assim o total da previsão das receitas desce mais uma vez cerca 10,5%, passando de 81,7 milhões para cerca 73,5 milhões de euros. Este decréscimo é a prova evidente da situação perigosa que o executivo nos leva com a gestão recessiva da autarquia.

O Bloco de Esquerda sempre alertou para os perigos que o garrote financeiro imposto pelo governo do PSD/CDS-PP está a impor às autarquias. Aliás também denunciado pela ANM, mas que infelizmente, não o foi aqui, e, em nossa opinião, achamos que o atual executivo municipal se deveria demarcar da atual política do governo e empenhar-se com a necessária firmeza pelo aumento

✓
M
f

das transferências do OE para os municípios. A invocação feita da crise e da dívida é mais uma vez a manifestação da desistência do Executivo em garantir uma maior participação do Orçamento do Estado na intervenção nos municípios, que é cada vez mais urgente por força justamente do reflexo das políticas recessivas deste governo.

A receita proveniente da alienação de património é outro dos aspetos que demonstra bem a situação de dificuldade em conseguir receitas por esta via: o total das vendas de bens de investimento de 23,7 milhões em 2011, a previsão para 2012 de 18 milhões e para 2013 de 13,656 milhões de euros, isto é, a venda de terrenos e outros bens municipais, que foi um dos instrumentos mais usados pelo Executivo, está agora em clara derrapagem e são necessárias alternativas para arranjar outras receitas. Isto traduz também, afinal, o empobrecimento acelerado do município da Maia, refletido pela falta de possibilidade de investimento e o peso esmagador dos impostos diretos no orçamento da receita.

Mas neste campo o Executivo também tem responsabilidades, já que não se esforça por implementar taxas a quem pode pagar como já aqui propusemos. São o exemplo da utilização do espaço público pelas caixas ATM, ou um melhor método de tributação do valor da derrama transferido para o município, ou tornar mais significativa a taxa municipal dos direitos de passagem.

Estes são só alguns dos diferentes caminhos e escolhas que poderiam diferenciar uma maior arrecadação de receita a quem mais pode contribuir e assim aumentar a capacidade de financiamento da autarquia.

Quanto ao Orçamento da despesa, que está marcado pela brutal redução contínua das Despesas de Capital, a resignação do executivo fica aqui bem comprovada. Nas despesas de capital, de 2011 para 2012 a descida é de quase 8 milhões de euros, de 42 para 34 milhões de euros, e para 2013 o orçamento é de apenas 28,447. M€! Uma redução de cerca de 20% em relaçãoao orçamento de 2012! **E sem investimento nenhum município pode progredir.**

Em vez de dar o salto em frente que se impunha, e que aparentemente era possível pela dita saúde financeira da Camara, com este Orçamento e este Plano a Maia fica adiada e o futuro dos maiatos comprometido, como já referimos.

Assim, por respeito a quem em nós confiou, mas também porque se fossemos poder faríamos muito diferente, é em nome de todas e todos os que querem um concelho da Maia virado para o progresso, com emprego e melhor qualidade de vida, que não podemos aceitar este Orçamento e Plano de Actividades.

Maia, 19/12/2012

O grupo municipal do BE

*Silvestre Pereira
Francisco Amorim*

Wifre ate 13



Doc. 16

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Ex.mos

Presidente da AMM

Deputados municipais

Senhor Presidente da Câmara Municipal

✓
NA
A

1. Vivemos circunstâncias económicas e sociais difíceis, com impactos sérios no município, na área metropolitana e na região. O modo como formos capazes de ultrapassar a crise atual ditará, de modo decisivo, o futuro da Maia, da AMP e da região norte, que eu prefiro designar por região portucalense. Este é um momento sério e decisivo que exige:
 - a. Capacidade de valorizar o território concelhio, no quadro da AMP e da região;
 - b. Forte capacidade política municipal, reconhecendo os limites das meras atitudes reativas e a necessidade de capacidade política proactiva;
 - c. Prioridade às respostas de emergência social e à inovação e desenvolvimento social.
2. As políticas autárquicas têm que assumir estes desígnios e é imprescindível que eles estejam vertidos nos documentos previsionais para 2013. A posição do PS sobre estes documentos decorre desde logo da incapacidade de ~~construir~~ enfrentar os desafios com que (também) a Maia se confronta:
 - a. O declínio do universo de produção de não transacionáveis, designadamente em alguns setores com forte impacto no município: construção civil, imobiliário, infraestruturas e serviços não internacionalizados, etc.)
 - b. Forte incidência dos problemas associados ao desemprego em toda a AMP, devido à crise económica e aos efeitos da globalização numa economia com moeda sobrevalorizada
 - c. Níveis de coesão social baixos na Maia e na AMP, quando comparados com outras zonas do país, apesar da narrativa política que procura desvalorizar estes problemas

- ✓ AF
- d. Fenómenos de exclusão social permanente e pluridimensional, com tendência para se acentuarem
 - e. Afirmação de zonas com maior dinâmica de competitividade, associada, de modo articulado, a:
 - i. Infraestruturas de produção com maior penetração tecnológica, como sejam as tecnologias de produção, a saúde, a nanotecnologia, biomedicina e biomateriais, as tecnologias associadas ao ambiente e às fontes de energia renováveis, etc.
 - ii. Incidência no território de estruturas mais dinâmicas de ensino superior, investigação e desenvolvimento tecnológico (UP, IPP, UM, UA,...)
 - iii. Dinâmicas políticas locais fortes e proactivas.
 - f. A crescente integração da criatividade, das artes e das humanidades com as problemáticas da inovação, da competitividade e do desenvolvimento
 - g. A existência de dispositivos de articulação entre centros de produção de conhecimento e as empresas como condição importante para conseguir financiamentos no quadro da estratégia 2020.
3. Ora o que de mais profundamente nos distancia destes documentos previsionais é precisamente o facto de estes não evidenciarem a importância destes desafios, não contemplando, de resto, um conjunto de soluções que o PS, de forma sistemática e reiterada, vem propondo nesta AMM. Há sinais claros de esgotamento político que é necessário encarar com clareza e determinação.
 4. Em boa verdade, o executivo nem sequer quis ou foi capaz de promover estratégias de participação dos cidadãos na construção destes documentos previsionais. O PS anda a insistir, desde Abril de 2007, na recomendação que visa lançar um modelo próprio de Orçamentos Participativos para o concelho da Maia. É, como se sabe, uma solução que vem sendo adotada em toda a Europa e também em Portugal, com origem no poder local de esquerda e de centro esquerda, mas com experiências cada vez mais comuns em autarquias de centro direita, como acontece também em Portugal. Insistimos neste desafio e acrescentamos a necessidade de, nas circunstâncias atuais, valorizar como critério de apreciação das propostas, o seu impacto social. É fácil encontrar verbas para lançar uma primeira experiência e o PS está disponível para contribuir na construção de soluções ajustadas à realidade maiata.
 5. Estas já seriam razões suficientes para rejeitar estes documentos previsionais. Mas há que acrescentar que esta maioria, revelando uma insensibilidade social pouco

razoável, nem sequer foi capaz, nos tempos difíceis que vivemos, de acompanhar o esforço que muitas autarquias estão a realizar para minimizar o peso fiscal dos municípios maiatos. Com efeitos autarquias de concelhos com pequenas e grandes dimensões e com os mais diversos pesos demográficos, têm feito um esforço importante para reduzir taxas e impostos, para minimizar o impacto do terrível aumento da carga fiscal decidido pelo governo central. No caso da Maia, insistimos na necessidade de proceder, de forma rápida, à redução das taxas do IMI para 0,60% para os prédios urbanos não avaliados e para 0,37% para os urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. Já em relação ao IRS, defendemos o lançamento de uma taxa reduzida de 3,8% de participação no IRS, reduzindo em 1,2% a participação variável, de forma a contribuir para a redução da carga fiscal com maior impacto ao nível das famílias com menores rendimentos. Estas são propostas, razoáveis e concretizáveis, que o PS defendeu e que considerou imprescindíveis para que se construísse um orçamento ajustado aos tempos de crise que vivemos. O PSD continua cego e surdo, face às dificuldades vividas pela generalidade das famílias maiatas. Nestas circunstâncias, o PS só poderá votar contra as propostas apresentadas pelo executivo, aguardando que um novo ciclo político permita que a CMM pense de nova forma as suas responsabilidades face aos maiatos.

Maia, 19 de dezembro de 2012

Luís Rothes

Líder do Grupo Municipal do Partido Socialista na AMM

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,
Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
Exmos. Senhores Vereadores
Exmos. Senhores Deputados
Senhores Jornalistas, minhas Senhoras e meus Senhores,

✓
MF
A

Senhor Presidente,

O Orçamento para 2013 e as Grandes Opções do Plano que agora estamos a discutir, é em nosso entender um documento elaborado com o rigor e a objectividade que o momento com o qual somos confrontados, nos obriga e condiciona.

Tratando-se de um documento que determina as orientações que o executivo pretende a pôr em prática para gerir o Município de uma forma rigorosa e equilibrada onde se constata a importância das preocupações do executivo quanto à consolidação das finanças do município, cuja sustentabilidade financeira é e continuará a ser um dos seus objectivos.

Tal como tem acontecido nos anos anteriores, a preocupação principal deste executivo continua a ser o bem estar dos maiatos fundamentalmente os que mais necessitam do apoio social e nesta área os valores inscritos nas Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 20013 são bem elucidativos, ou seja, cerca de 50% do total do Plano são afectos ás funções Sociais.

Este documento demonstra bem a acção política do executivo e do PSD, que é, em 1º lugar estarão sempre as pessoas. Um lema que nos tem norteado ao longo dos anos em que temos liderado os sucessivos executivos da Câmara Municipal. È por continuarmos a preocupar-nos com os Maiatos, que neste período de crise financeira e que por arrasto tem originado uma crise económica, privilegiamos a despesa nas áreas sociais, sacrificando por vezes o investimento publico autárquico. È preferível investir na alimentação para as crianças que frequentam as escolas do que tapar alguns buracos que existem junto dessas mesmas escolas. Esta atitude por parte do executivo, é para nós motivo de satisfação.

✓ MF
Mas como é óbvio, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2013 não se resume apenas ás Funções Sócio-Sociais, reflecte ao mesmo tempo a preocupação em ajustar e corrigir a acção do executivo por forma a que a sustentabilidade e o equilíbrio das finanças da Autarquia não seja uma miragem mas sim um objectivo a concretizar no curto prazo. É neste pressuposto que o executivo tem vindo a reduzir o endividamento Autárquico. É de salientar que nos últimos 6 anos, o endividamento baixou em cerca de 50%. Esta capacidade que o executivo tem demonstrado, em amortizar o endividamento deve-se ao facto de ter conseguido, entre outras, que a despesa corrente do Município venha a diminuir ano a ano. Em 2013, o executivo prevê, comparativamente com 2012, reduzir a despesa corrente em cerca de 2,3 milhões de Euros. É com estes procedimentos que a curto prazo será possível o equilíbrio e a sustentabilidade das finanças da Autarquia.

Temos consciência das dificuldades do executivo em manter o bom nível das receitas, para poder concretizar algumas despesas de capital, mas sabemos que não depende da autarquia a revitalização da economia que é recessiva, que continua a prejudicar e a afectar as principais receitas, como sendo o IMT, Taxas de loteamento e Obras e Derrama.

Podemos dizer que a Maia, por via dos grandes investimentos feitos no passado, tem de alguma forma a sua vida facilitada. Pior seria se ainda estivéssemos com carências ao nível de investimentos na Educação, Saúde, Desporto, equipamentos Sociais, e outros, mas felizmente, para os Maiatos, somos um concelho que investiu bem e a tempo.

E é com este sentimento por parte dos autarcas do PSD que continuamos a gerir e a servir Maia e os Maiatos. Temos orgulho do passado e queremos continuar a ter este mesmo orgulho no futuro.

Por último, é com agrado que verificamos que o executivo tem tido uma gestão rigorosa tendo em vista a consolidação orçamental e das finanças do Município sendo de realçar, e volto a referir, o esforço que vem fazendo, no sentido da redução do endividamento, que, como disse, nos últimos anos tem sido de um nível óptimo, o que demonstra bem a sua capacidade na gestão do Município.

Sr. Presidente da Câmara, a Maia confiou, e confia em si.

[Handwritten signature]
Os Maiatos acreditam em si, e o que esperam de si, é que com a sua humildade, com o seu rigor e com o seu sentimento de proximidade com todos os Maiatos, continue a fazer deste concelho um concelho de referência onde todos os maiatos se revejam.

Por tudo isto, votaremos favoravelmente estes Documentos.

Maia, 19/DEZ/2012

[Handwritten signature]

(Cândido Graça)
(Partido Social Democrata)



Bloco de Esquerda

Plano Plurianual de investimentos para o Quadriénio de 2013 a 2016 e Orçamento Ordinário para o ano 2013 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia

O BE não deixa de apoiar e considerar importantes algumas referências às questões sociais, ao aumento do desemprego e às dificuldades das famílias e a importância de um serviço público de qualidade e a baixos custos de fornecimento de água.

Registamos, positivamente, a intenção de construção de um novo refeitório para os trabalhadores dos serviços municipalizados

Tais preocupações, demonstram que a água como bem insubstituível é decisivo que a sua gestão pública se mantenha e a prova é a de que quando os bens públicos são geridos com equilíbrio e competência os resultados obtidos são positivos e benéficos para a comunidade. De todo o modo existe ainda uma margem de melhoria no que diz respeito à eficácia e aproveitamento de recursos, refiro o exemplo do desperdício que por vezes acontece deste recurso vital para a nossa vida.

Esperamos que as dificuldades e a conjuntura não ponham em causa os serviços de manutenção e conservação e de outras medidas que sejam necessárias para assegurar o fornecimento de água com qualidade e a preços de acordo com a capacidade financeira dos maiatos que como a maioria dos portugueses, têm a sua vida infernizada por constantes aumentos de preços dos bens essenciais.

Embora se compreenda a preocupação que é referida de que "actualmente, e contrariamente ao que era usual, a taxa de ligação de saneamento, fruto da situação económica e financeira que o País atravessa, não tem expressão de tempos passados, o que consubstancia uma perda de receita, não desprezível para os Serviços Municipalizados de Maia", o Bloco de Esquerda considera que há que definir prioridades, não perder o sentido da aposta na ligação do saneamento em todo o Concelho.

O BE é de opinião de que os Serviços Municipalizados apesar da sua autonomia de gestão deverão continuar a reclamar da Câmara condições e meios que permitam fazer face a eventuais constrangimentos, pese embora sejam as receitas da venda de água e das tarifas de utilização e disponibilidade de saneamento as mais importantes e essenciais para a gestão e a actividade dos Serviços Municipalizados de modo a não ficarem estes impedidos de continuar o trabalho sustentável de ligação do saneamento e de melhoria e manutenção das infraestruturas.

Por tudo o que referimos o voto favorável do Bloco de Esquerda ao plano plurianual de investimentos dos SMAS, tem um sentido de reconhecimento pelo trabalho realizado pelos Serviços Municipalizados, mas também de exigência de que a qualidade deste serviço público prestado aos maiatos mantenha uma ação estruturada e estratégica de crescimento sustentado.

O Grupo Parlamentar Municipal do BE

Maia, 19 de Dezembro de 2012

Silvestre Pereira

